

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Femicídios no Brasil

---

Condicionantes das mortes de mulheres por violência doméstica nos municípios brasileiros

**Tayrine dos Santos Dias**

Brasília  
2013

TAYRINE DOS SANTOS DIAS

Femicídios no Brasil

---

Condicionantes das mortes de mulheres por violência doméstica nos municípios brasileiros

Monografia apresentada junto ao Curso  
de Ciência Política da Universidade de Brasília,  
como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Professora Doutora Danusa Marques

## Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, por me trazer até aqui, o fim de mais uma etapa de vida.

Agradeço imensamente à minha mãe, Eliane, e meu pai, Carlos Henrique, por serem meus companheiros e os grandes promotores dessa jornada que se finda. Agradeço também aos meus avós, Maria Vilma, Ana e Raimundo, por toda a força, fé e amor que dispensaram a mim ao longo da vida.

Agradeço também a professora Danusa, por ajudar-me a traçar e definir os rumos deste trabalho ao longo dos últimos meses, trazendo pontos de vista e perspectivas que contribuíram muito para o sucesso das análises aqui feitas. Também agradeço aos professores Carlos Machado, Flávia Biroli e Mathieu Turgeon, por terem acompanhado e direcionado em momentos importantes da elaboração desta monografia. Agradeço também ao professor Mariano Magalhães, por ter trazido minha atenção ao tema, contribuindo para a escolha desse objeto de pesquisa.

Agradeço também à Strategos, por ter sido um dos ambientes fundamentais da minha formação enquanto Cientista Política e pesquisadora, influenciando nos caminhos e aprendizados nessa jornada de graduação.

Agradeço às amigas Dayane, Jayane e Rayla, pelo companheirismo e força. Agradeço também a todos os colegas de curso que passaram pelos semestres e disciplinas nesses quatro anos, por todas as discussões, desafios e obstáculos enfrentados nessa experiência inenarrável.

Dedicatória  
Aos meus pais.

## Resumo

O trabalho discute os condicionantes da violência doméstica nos municípios brasileiros, no anos de 2011. Avaliaremos a magnitude do impacto das condições socioeconômicas e institucionais dessas unidades geográficas na ocorrência de femicídios, observando qual é a associação entre as variáveis dependente e as independentes que formam o perfil desses municípios. As críticas da teoria política feminista à visão liberal das esferas pública e privada é o ponto de partida do desenvolvimento do tema, seguido pela apresentação dos principais achados dos estudos recentes sobre femicídios. No capítulo seguinte, delineamos as escolhas pela metodologia estatística e quais são as hipóteses a serem testadas. Prosseguindo, os resultados dos testes estatísticos são interpretados, e o texto mostra como as críticas anteriores dialogam com os dados, em que confirmamos ou refutamos as hipóteses. Por fim, o texto conclui por estabelecer a complexidade do fenômeno em questão, elucidando a inseparabilidade de espaços domésticos e públicos, em que estruturas e relações atravessam suas fronteiras.

Palavras-chave: femicídios; municípios; condicionantes; violência doméstica

## Abstract

This article intends to discuss the conditioning factors of domestic violence in Brazilian municipalities. We examine the extent of the impact of social, economic and institutional conditions of these units in the occurrence of femicide, in the attempt to discover if there is association between our dependent variable, and the independent ones, the profile of the municipalities. The criticism presented by feminist political theory to liberal vision of public and private spheres is our starting point. Then, we present the main findings of the recent studies on femicide. In the next chapter, we define our method choice, statistical analysis, designing as well our hypothesis. After that, the statistical results are interpreted, followed by a demonstration of the dialog between previous critics and the data, so that we can confirm or deny our hypothesis. Finally, we come to the conclusion that establishes the complexity of our phenomenon, pointing out the inseparability of domestic and public spaces, in which structures and relations come across their boundaries.

Key-words: femicide; municipalities; conditionings; domestic violence

## Abreviaturas

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MS - Ministério da Saúde

MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade

SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres

SUS - Sistema Único de Saúde

## Sumário

Introdução .....	8
Capítulo 1 - Patriarcado, dominação masculina e violência de gênero – o que especifica o homicídio de mulheres .....	10
Capítulo 2 - Identificação do problema de pesquisa e delimitação de hipóteses .....	21
Hipóteses desse estudo:.....	21
Metodologia e técnicas de pesquisa .....	22
Descrição da variável dependente .....	25
Descrição das variáveis independentes .....	28
Análise dos dados.....	41
Considerações finais .....	70
Bibliografia.....	74

# Introdução

As desigualdades e clivagens sociais são muito importantes para a compreensão da lógica das relações de poder nas democracias contemporâneas. Os fenômenos políticos, que não se confinam apenas aos espaços e arenas públicas, tem seus mecanismos acionados capacidade dos atores e/ou grupos envolvidos de marcar sua posição, experiência e voz, impactando outros agentes e relações nesse processo. Se as possibilidades de grupos de agir politicamente são menores, podemos esperar que a sua situação de vulnerabilidade mais aguda, cabendo então explicar como se constrói esse cenário. Nossa intenção será situar nosso objeto de estudo - a morte por violência doméstica no Brasil - através da perspectiva de problema político, fazendo esforço de desvendar quais são os elementos que configuram ambientes de maior ou menor vulnerabilidade, favorecendo em diferentes medidas a ocorrência de mortes. Nesse sentido, é relevante entender como estas variáveis afetam o processo de articulação dos indivíduos perante o espaço público, ao Estado e às instituições de nossa sociedade, e como essa conjuntura se reflete .

Um dos eixos fundamentais desse debate se dá em torno da hierarquização de papéis, direitos e autonomia a partir do gênero. Esse será o nervo principal que balizará a estruturação desta pesquisa. Buscaremos trazer uma das problemáticas em que a identidade feminina está intimamente ligada a vulnerabilidades: a ocorrência de homicídios causados por violência doméstica, cometidos por parceiros íntimos das vítimas.

*A população brasileira em idade ativa é composta por 53,7% de mulheres* (IBGE, 2012). O recorte de gênero revela-se, então, significativo quando evidenciamos o acesso diferenciado a direitos, privilégios, benefícios, recursos e, principalmente, poder, que é vivenciado sistematicamente por esse grupo. As entradas nessa temática são múltiplas, e envolvem distintas esferas da vida, em graus variados, das mulheres no Brasil. A temática da violência doméstica, por exemplo, é carregada de sensibilidade por atingir amplamente as mulheres, ameaçando-as no nível mais básico: a sua existência.

Nosso objetivo é investigar, primeiramente, como fatores socioeconômicos se associam ao número de mortes, de modo a traçar o perfil dos municípios do país, por este recorte, no ano de 2011. Analisaremos também como a estrutura institucional e política, no nível dos municípios, para além dos indicadores dos padrões de vida das pessoas dessas localidades,



buscando entender como a presença desta se relaciona com as variações nas taxas de homicídios de mulheres por violência doméstica em domicílios.

A relação entre violência e gênero motivou a criação da Lei 11.340, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha. Ela foi sancionada em 7 de agosto de 2006. Os acontecimentos motivadores da criação da Lei incluem articulação de movimentos sociais, pressão internacional devido à condenação do Brasil na OEA (caso Maria da Penha) e oportunidade em termos de conjuntura política. Como resultado, a Lei alterou o código penal, e previu uma série de medidas que visam proteger as mulheres. Após quatro anos de Lei, entretanto, as taxas de homicídios por cem mil mulheres aumentou. Entre 2006 e 2007 observamos uma queda de 4,2 para 3,9 por cem mil mulheres assassinadas, mas de 2007 a 2010 a taxa sobe em tendência linear, voltando a atingir o índice de 4,6 mulheres mortas (WAISELFIZS, 2012). Dos 4.465 registros de morte de mulheres em virtude de agressão intencional de terceiros, 1.295 (29%) ocorreram em domicílio no ano de 2011, nosso recorte temporal. Nos anos anteriores, pesando em números absolutos, temos que em 2006, 1180 mulheres morreram em seus domicílios, passando para 1081 no ano de 2007, 1164 no ano de 2008, 1199 em 2009, e 1293 em 2010, numa tendência crescente nesses quatro anos. Os cenários de morte variam drasticamente se observamos as mortes de mesma condição para homens, que, em um total de 47.749 registros, 4.625 (9,7%) se deram em domicílio.

Partiremos do recorte temporal no ano de 2011 tendo em mente o divisor de águas que foi a Lei Maria da Penha, em termos de afirmação dos direitos das mulheres no marco jurídico. Nos quatro anos subsequentes, observamos a maior discussão do tema e a promoção de políticas públicas específicas, como a criação de varas, delegacias, núcleos e centros de referência voltados para atendimento das mulheres. É relevante, portanto, verificar se a instalação dos mecanismos protetivos criados está associada a não ocorrência de homicídios de mulheres no Brasil, o que pode trazer dados que contribuam para eventual avaliação da efetividade dessas políticas.

Nesse sentido, é de grande valia para a Ciência Política compreender as facetas em que ocorre a hierarquização a partir do gênero e das identidades associadas a ele, assim como analisar a relação e/ou sobreposição de tal fenômeno a outros fatores que originam clivagens e desigualdades entre indivíduos, de modo que a discussão aqui conduzida possa agregar ao entendimento do funcionamento das relações de gênero por esse prisma, destacando seu caráter político.

# Capítulo 1 - Patriarcado, dominação masculina e violência de gênero – o que especifica o homicídio de mulheres

A teoria política feminista aponta diversas questões em torno da temática da desigualdade de gênero, ou seja, da “institucionalização social das diferenças sexuais” (OKIN, 2008). Para compreender como esse processo se dá, as críticas dessa abordagem estão centradas na divisão do espaço social entre duas esferas, a pública e privada, de forma que as relações de poder, a liberdade regente e o referencial normativo e organizativo são diferentes. Os teóricos políticos do liberalismo, que fundamentaram os conceitos que ordenam a organização social na modernidade ocidental, apresentaram uma série de críticas à hierarquização construída pela sociedade patriarcal vigente. Para colocar seu contraponto, entretanto, a dicotomia entre público e privado ocupou um papel central, delimitando as fronteiras até onde se reivindicava a instauração de um novo paradigma normativo. Se antes a organização patriarcal atingia e constrangia as trajetórias de todos os indivíduos posicionados sob a tutela do patriarca na unidade da família, a compreensão liberal emancipava os homens, agora cidadãos, da submissão ao *Pater Familias*. As oportunidades de projeção pública se ampliavam a um grupo maior, mesmo que ainda sustentada por estruturas intocadas no cenário da intimidade do lar. A categorização desses polos permitiu a configuração do direito formal inclusivo, ainda que apenas uma extensão das relações tivesse sido reorganizada. A compreensão dessa dicotomia e da relação desses espaços é fundamental para lançarmos luz sobre o problema e as causas da violência doméstica.

A teoria liberal entende a esfera pública delas como ambiente de intervenção normativamente acessível, enquanto a esfera privada é regida pelo valor da não intervenção, o que pode relacionar-se a controle da informação, do ser observado, da intrusão, da solidão ou mesmo autonomia decisória (OKIN, 2008). A primeira corresponde às arenas decisórias e interacionais, como as instituições políticas, a sociedade civil, o Estado, o mercado; a segunda diz respeito aos espaços em que a intrusão não é bem vinda, normalmente associada à vida doméstica e à casa das pessoas. As limitações enxergadas pela teoria feminista se situam na consideração dessas esferas como separadas, e nas implicações de que as suas imagens

provocam no posicionamento dos indivíduos e nas relações de poder, opressão e vulnerabilidade no interior delas.

Carole Pateman constrói em seu livro *O Contrato Sexual* (1998) uma interpretação crítica da doutrina contratualista, abordando uma análise do contrato social, que, em sua visão, é um contrato social-sexual. A perspectiva da autora é de que apenas metade dessa história é contada pelos teóricos políticos, o que delimita a capacidade interpretativa desse modelo. A subordinação sexual das mulheres na instituída esfera privada da modernidade sustenta a formação e exercício de direitos políticos no que se chama de esfera pública, de forma que a articulação interdependente entre as dinâmicas de poder nas relações domésticas e públicas alimenta e informa o registro normativo das sociedades ocidentais. O aludido mecanismo interpretativo é entendido como história de liberdade, que explica a relação entre indivíduos, Estado e sociedade a partir do século XVIII, mas há muitas falhas em dar conta de certos fenômenos na realidade. Este recurso se fundamenta na oposição entre condição natural, pré-contratualista, composta pela ausência de mecanismos regulatórios de alcance amplo, e o arranjo social e político posterior, advindo do estabelecimento de relações de direitos e deveres entre os homens, mediados por instituições políticas resultantes destes. Tais arranjos seriam agora marcados pela participação voluntária, mas se pensamos nas condições de contratos de trabalho ou arranjos matrimoniais, há muito que se questionar acerca das condições desses acordos. O contrato projeta tanto liberdade quanto dominação ao configurar direitos políticos masculinizados, o que implica na manutenção do patriarcalismo moderno, que é a subordinação das mulheres aos homens.

A concepção lockeana, que predominou enquanto parâmetro filosófico e normativo, inicia sua narrativa partindo da condição natural do homem, de liberdade absoluta sobre bens, ações e sua própria pessoa e de igualdade perante os outros homens no que tange a essa liberdade. Cabe a cada homem o poder de valer-se do direito natural e a ele estar submetido, o que implica que:

cada um é “obrigado não apenas a conservar sua própria vida” e não abandonar voluntariamente o ambiente onde vive, mas também, na medida do possível e todas as vezes que sua própria conservação não está em jogo, “velar pela conservação do restante da humanidade”, ou seja, salvo para fazer justiça a um delinquente, não destruir ou debilitar a vida de outra pessoa, nem o que tende a preservá-la, nem sua liberdade, sua saúde, seu corpo ou seus bens" (LOCKE, 1973).

O direito natural lhe assegura a execução de justiça proporcional quando tais esferas são violadas, ou seja, mobiliza punição e reparação da parte do ofensor. Sabendo que a vingança desmedida é inevitável em contextos em que os homens são juizes de si mesmos, eles fundam a sociedade política por meio de renúncia de sua prerrogativa de arbitrar e legislar à comunidade, formando um único corpo enquanto sociedade civil, que deve preservar sua liberdade natural para além desse âmbito, no que tange a preservação de sua vida e a propriedade de si para esses indivíduos (LOCKE, 1973).

A sociedade civil pós-absolutismo, para ele, é de ordem constitucional, consensual, e de governo limitado, em oposição ao governo absolutista, que era totalizante na figura do monarca, cujos poderes estavam acima das leis. Ela é, no entanto, polarizada entre esferas privada e pública, em que o interesse político, filosófico, teórico e normativo dos contratualistas é dirigido apenas para a segunda (PATEMAN, 1998, p. 10, 11). O cidadão livre, empoderado, detentor de direitos e protagonista da esfera pública era (e ainda é), porém, o homem, branco, heterossexual e proprietário. É ele quem se adéqua ao perfil do indivíduo abstrato da estória narrada, sendo, nas suas condições em termos de recursos, aquele capaz de fazer contratos livremente. Mesmo que as “mulheres nunca tenham sido totalmente excluídas da vida pública, a forma em que se produziu sua inclusão se baseou, com a mesma firmeza que sua posição na esfera doméstica, em crenças e práticas patriarcais” (PATEMAN, 1996). Dessa forma, a construção social do gênero<sup>1</sup>, acompanhada pela estrutura de sustentada sobre essa concepção de mundo, constituem a situação de desigualdade de gênero.

A noção weberiana de dominação patriarcal é definida na “a situação na qual, dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas.” (WEBER, 1964, t.1.p.184). Ela se faz anacrônica enquanto tipo ideal rigorosamente contemplado neste conceito, mas quando consideramos a possibilidade de sua transfiguração

---

<sup>1</sup>O conceito de gênero remonta, na contemporaneidade, da reflexão de teóricas feministas americanas, que se debruçaram sobre as desigualdades fundamentadas na naturalização dos sexos e consequentemente nas categorias e papéis associados a homens e mulheres. “A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades [...]. No seu uso recente mais simples, “gênero” é sinônimo de “mulheres” ” (SCOTT, 1989), servindo tanto para diferenciar o discurso científico do político, quanto para desmistificar a conexão entre sexo e posição social. O conceito de gênero também fundamentou diversas discussões acerca da estrutura do patriarcado e suas consequências em termos de relações de poder, assim como reflexões em torno da sexualidade e dominação.

e sobrevivência em outras alternativas de associação e regras normativas, ele se manifesta na atualidade. Sylvia Walby afirma que o patriarcado “é um sistema de estruturas sociais e práticas nas quais os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres” (WALBY, 1990). Apesar dos contratualistas clássicos, ou mesmo os autores que têm mobilizado essa noção na teoria política contemporânea, não reconhecerem em suas obras a existência da duplicidade de faces do acordo, elas são interdependentes e explicam a atualização da forma patriarcalista de dominação (PATEMAN, 1998, p. 4). A oposição entre natural/civil, privado/público, mulher/homem é projetada na dualidade contrato social/sexual (PATEMAN, 1998, p. 11).

A dicotomia entre público e privado também é fruto da distinção entre o paradigma moral racional baseado na impessoalidade e imparcialidade para efetivar o discurso de justiça, direitos e disputa de interesses, e a moral que se aplica nas relações privadas (YOUNG, 2009). Diversas autoras feministas tem apontado para tal polarização e as consequências em termos de legitimidade que as duas modalidades trazem.

"O ideal da imparcialidade gera uma dicotomia entre universal e particular, público e privado, razão e paixão. É, além do mais, um ideal impossível, porque as particularidades de contexto e filiação não podem e não devem ser excluídas do raciocínio moral. Por fim, o ideal da imparcialidade cumpre funções ideológicas. Ele mascara as formas pelas quais as perspectivas particulares de grupos dominantes reivindicam universalidade e colabora para justificar estruturas hierárquicas de decisão".(YOUNG, 2009).

As mulheres, ao serem associadas com o espaço privado, visão que reforça constantemente a sua vinculação à socialização diferenciada e comportamentos ligados ao corpo e sentimento, também as coloca fora da universalidade produzida pela ética moderna, que analisa objetos buscando negar a diferença e produzir unidade construindo categorias de julgamento moral que sejam amplamente aplicáveis. A lógica da identidade informa o ideal da imparcialidade, referencial central para o raciocínio moral, expressão da ética moderna. A pretensão de conceituar em termos de substância é totalizante, dicotomizante na construção da identidade que torna o diferente em outro no absoluto (YOUNG, 2009). A totalização e busca pela identidade é incapaz de contemplar diferenças, porque ao unificar, polariza e expulsa. Dessa maneira, as mulheres são encaradas de forma inferiorizada nas esferas econômica, política, social e de direito por representar ideologicamente outra ética, que valoriza contextos, particularidades e a parcialidade do concreto. Esse paradigma contribui para a hierarquização e dominação entre homens e mulheres na esfera pública e na esfera privada. O eixo das críticas de muitas feministas se estrutura na afirmação do pessoal como político, questionando a conexão entre as dimensões da sexualidade, do trabalho doméstico, das relações de afeto e da família com a segregação e subordinação com base no gênero (OKIN, 2008). Na concepção tradicional da família, as crianças tomam como referência a estrutura de gênero que observam nesse espaço, o que se reflete nas suas escolhas e preferências futuras. Há uma série de constrangimentos às mulheres nas decisões que dizem respeito à educação, emprego e constituição de família, o que é uma interpretação da dinâmica de poder que atualiza a concepção do contrato matrimonial de Pateman (FRASER, 1997).

A dicotomia entre esferas pública e privada, além de proporcionar socialização vulnerabilizante sobre as mulheres, gerando efeitos estruturais de desigualdade de oportunidades, potencializa a possibilidade de estabelecimento de relações violentas e silenciadas no lar ao totalizar as diferenças e marcar os ambientes, o que promove também a inferiorização dos atores, lógicas e fenômenos ocorridos no lar, que se entende por essa ética como esfera privada.

Essa concepção também ajudou a perpetuar a atribuição de status com base em estereótipos culturais de gênero, a afastar do debate público questões designadas como “privadas” e, assim, a blindar com relação às exigências de justiça as relações de poder assimétricas que governam a divisão do trabalho marcada por gênero e outros aspectos das “relações íntimas” no interior do lar. (COHEN, 2012).

A polarização totalizante entre público e privado hierarquiza os espaços e relações, provocando distorções no alcance das liberdades e direitos que fundaram a modernidade. A privacidade pessoal, que está centrada sobre as “noções de inviolabilidade da personalidade, de intimidade, e de integridade corporal” (COHEN, 2012), implica em privacidade informacional e decisional e é muito relevante à construção de sociedades mais democráticas. Como ideal, a privacidade pessoal é muito cara ao liberalismo, mas este falha em discutir as contradições que a categorização entre público e privado impõe de limites a essa noção. O lar, quando enxergado como esfera privada, é regido pela privacidade de entidade, que é destinada a garantir a inviolabilidade do núcleo familiar, de maneira a isolar as estruturas e relações ali mantidas dos direitos identificados como públicos. Uma das críticas importantes de Cohen é apontar para a necessidade de ressignificação da privacidade de entidade como privacidade das relações, de forma a se desvencilhar da estrutura patriarcal que permeia a primeira (COHEN, 2012, p. 177). Essa nova compreensão implica em contemplar as relações do lar a partir da proteção da privacidade pessoal, que garante a integridade do indivíduo, o que também se traduz em abalar a separação das relações de poder por esferas. Essa crítica é pertinente para avaliarmos a forma como a política de gênero tem sido conduzida no Brasil contemporâneo.

A ideia de esfera pública é justificada teoricamente pelo contrato social, mas a esfera privada permanece intocada pelas teorias de Locke, Hobbes, Rousseau, ou mesmo do liberal-igualitário John Rawls, que utiliza desse construto teórico contemporaneamente para pensar em princípios da justiça que regulem a distribuição de recursos das sociedades, eximindo-se de traçar regras ou direitos voltados para o espaço privado. A noção de justiça social corresponde ao “equilíbrio adequado entre reivindicações concorrentes,” (RAWLS, 2002, p. 11) e seu objeto primário é a forma de distribuição de direitos, deveres e vantagens da cooperação social fomentada pelas principais instituições sociais, a estrutura básica da sociedade, que vai desde a família, até o parlamento (RAWLS, 2002, p. 8). A justificativa para tal delimitação aponta para as desigualdades deflagradas pelo favorecimento de certas posições sociais e no seio destas instâncias, o que dialogaria com a discussão de gênero em questão. A maneira como direitos, deveres e oportunidades são distribuídos constitui a essência de qualquer esquema de justiça, que tem por objetivo fornecer princípios distributivos apropriados à concepção de justiça adotada. A família, como mencionado anteriormente, compõe a lista de instituições básicas a serem reguladas pelos princípios de justiça; curiosamente, porém, Rawls não a submete ao escrutínio dos dois princípios em

nenhum momento de sua longa *Teoria*. A sobrevalorização de marcos ideológicos que enfatizam a primazia da privacidade e intocabilidade da interação nesse ambiente resulta em preservação do ciclo de vulnerabilidade assimétrica, na linguagem de Susan Okin (OKIN, 1989), de maneira que a conjugação deste valor e da promoção da igualdade tem sido um obstáculo ainda não contornado por teóricos políticos contemporâneos. A concepção de liberdade negativa, parte do princípio de que não havendo intromissão, não há coerção. Isaiah Berlin pontua que “a liberdade política nesse sentido é simplesmente a área na qual *um homem*<sup>2</sup> pode agir sem ser obstruído por outros” (2002). O autor, que é comumente citado pela discussão que faz do conceito, ressalta a prevalência da não intervenção do Estado na esfera privada, separando os espaços público e privado, associando normas distintas para cada. A compreensão de Berlin é semelhante aos pressupostos que sustentam o contrato lockeano, reverberando e enquadrando as pretensões rawlsianas de igualitarismo.

A polarização dessas categorias não é levada ao limite pelo contrato social; ela é acomodada porque elas apresentam complementaridade, pois os direitos conquistados pelos caracterizados cidadãos dependem da sobrevivência da divisão de trabalho sexual. A intenção de Pateman não é afirmar que tal caracterização ainda se encontra presente na realidade das sociedades ocidentais que ela estuda, mas reconhece a capacidade adaptativa da dominação masculina na história moderna. O contrato, que é enxergado como subordinação por Pateman, atualiza o patriarcalismo através da instituição do casamento.

Conceber modelos alternativos de interação que conciliem autonomia e identidade, universalidade e igualdade com respeito a diferenças tem sido uma tarefa desafiadora na teoria feminista (COHEN, 2012). A compreensão dessas esferas como separadas, à maneira de como foi construída na modernidade, impactou no conteúdo dos atos normativos das sociedades ocidentais, produzindo desqualificações e discriminação (COHEN, 2012). É em meio a este debate que a posição e os deveres do Estado enquanto entidade protetora da integridade do indivíduo tem sido recolocados e mobilizados a partir de novos referenciais advindos de tais críticas.

O problema dessa relação é que, de início, para a teoria liberal clássica, as mulheres não são indivíduos proprietários e livres, o que já problematiza o estabelecimento do próprio contrato. As condições desiguais de homens e mulheres no momento de formalizar seu relacionamento interessam pouco às teorias clássicas, e carregam dupla inferiorização: a

---

<sup>2</sup> Grifo da autora.



primeira advinda da desigualdade anterior ao casamento e daquela estabelecida por ele, em que as mulheres se submetem aos desejos do marido em troca de espécies de proteção. Sylvia Walby, trazendo a discussão para os nossos dias, afirma que no nível mais abstrato, o patriarcalismo moderno é um sistema de relacionamento social, e no nível menos abstrato pode ser dividido em seis níveis: o modo de produção patriarcal, relações patriarcais de trabalho assalariado, relações patriarcais no Estado, violência masculina, relações patriarcais na sexualidade, e relações patriarcais nas instituições culturais. Ela ainda enfatiza que essa estrutura adquire caráter daquilo que se entende como público – pela empregabilidade e no Estado – e como privado – relações domésticas (WALBY, 1990), sendo a segunda manifestação de especial interesse nessa pesquisa. Nossa atenção se volta especificadamente para a face patriarcal da violência entre homens e mulheres, envolvidos emocionalmente, no espaço doméstico.

A autora levanta três interpretações das causas atos de violência: a liberal, a classista e a radical-feminista. A primeira se apoia em explicações de cunho psicológico como causa de abusos e agressões, evidências que não se sustentam de forma robusta empiricamente, e limita as possibilidades de ação do Estado. A segunda defende que a violência tem origem na situação financeira e econômica da família ou na subcultura adotada pelos homens de classes dominadas, afirmações que, segundo a autora, não se sustentam suficientemente em dados, nem explicam, no caso da subcultura, porque as frustrações desses homens não se dirigem aos seus adversários diretos. Por fim, a terceira considera sexualidade e violência como construídas socialmente, e enquadradas para os homens de forma idealizada e heroica, o que justifica as relações de dominação sobre as mulheres. Ela conclui que a violência é forma de poder e resultado do controle patriarcal em outras esferas, que se perpetua pelo sistema judiciário, instituições estatais de apoio e assistência (WALBY, 1990).

A teoria feminista tem enfatizado como as instituições e fatores públicos, como leis, políticas públicas e os incentivos e custos gerados nesses contextos podem estruturar as circunstâncias pessoais de vida das pessoas, afirmando, assim, a necessidade de medidas e ações políticas para lidar com e ultrapassar as ambiguidades geradas pela dicotomia entre as duas esferas (PATEMAN, 1996). Partiremos desse último prisma para justificar o escopo macroeconômico, social e institucional de análise, tomando a violência doméstica como fenômeno de abrangência social, que não se encerra no ato individual de agressão e homicídio, mas que tem causalidade na estrutura em que se inserem.

A violência associada ao gênero pode ser compreendida como “qualquer ato que resulta ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade em público ou na vida privada, assim como castigos, maus tratos, pornografia, agressão sexual e incesto<sup>3</sup>” (KRONBAUER e MENEGHEL, 2005). O seu desdobramento pode resultar no ato de assassinato, nossa variável dependente, representando em um dos desfechos mais graves da opressão feminina por meio da violência. Estudos realizados em diversos países, entre eles Bangladesh, Nicarágua, México e o próprio Brasil, apontam para o companheiro ou ex-companheiro como o assassino, casos em que os homicídios ocorrem, grande parte, na esfera privada (MENEGHEL e HIRAKATA, 2011).

Ao situar a produção da teoria política feminista, podemos observar a emergência de críticas entre as próprias autoras da corrente, destacando as limitações da essencialização da categoria 'mulher', espelhando a universalização que o próprio liberalismo constrói para caracterizar o indivíduo abstrato protagonista de suas teorias (MARIANO, 2005). Feministas negras e latino-americanas vêm chamando atenção para a experiência diversa das mulheres quando colocadas em termos de raça e/ou classe, ou mesmo de localidade, de forma que a incidência das desigualdades de gênero interagem com esses fatores, proporcionando perspectivas diferentes de opressão. Bell Hooks diz, referindo-se à obra de Friedan, que "significativamente, a perspectiva unidimensional da realidade das mulheres apresentada em seu livro se tornou uma característica marcante do movimento feminista contemporâneo" (HOOKS, 1984). Lançando mão dessas reflexões, a construção das hipóteses levará em consideração que as mulheres têm suas vivências marcadas também por outras condições, que incidem sobre o gênero e matizam as possibilidades de posicionamento político e social.

A literatura tem apontado para a complexidade causal destes fenômenos, que estão associados a fatores socioculturais, econômicos, políticos, comunitários, familiares e individuais (D'OLIVEIRA et al., 2009).

Do ponto de vista das políticas públicas, os dados demográficos oferecem referências básicas para a identificação e projeção de demandas sociais. No entanto, é preciso considerar que o enfrentamento dos grandes desafios assumidos pelo poder público, a começar pelo combate às formas de discriminação presentes em nossa

---

<sup>3</sup> O debate acerca do enquadramento da pornografia enquanto forma de violência também pode ser pautado por interpretações divergentes, que também enxergam sua utilização na relação de gênero como não violenta.

sociedade, exige necessariamente que se compreenda a determinação de variáveis como gênero, raça e etnia no conjunto dos problemas sociais a serem enfrentados e superados (PINTO, 2006).

Nossa intenção é, no entanto, entender a ligação dos também chamados feminicídios<sup>4</sup> às condições macroestruturais da sociedade brasileira. Dos estudos realizados recentemente, ainda não existe consenso quanto ao impacto de aspectos do perfil socioeconômico em nosso objeto. A começar, a maioria deles aponta para a associação moderada ou baixa de pobreza e violência doméstica, encontrando nas amostras traçadas mulheres vítimas de violência em variadas situações econômicas, o que já é amplamente defendido na literatura. Vale ressaltar que, ainda assim, alguns defendam a potencialidade do agravamento da condição quando as mulheres e/ou os homens estão em vulnerabilidade econômica, de modo que a violência se mostra presente em todas as classes sociais, mas a sua intensidade e exposição aumentam nesses casos (KRONBAUER e MENEGHEL, 2005; MENEGHEL e HIRAKATA, 2011; ANACLETO et al., 2009; SCARANTO et al., 2007).

No que diz respeito à autonomia econômica, seus efeitos são opostos dependendo da força tradicional do papel das mulheres no imaginário do local. A sociedade brasileira ainda passa por processo de destradicionalização, que se desdobra nos âmbitos político-eleitoral e nas relações de gênero (MATOS et al., 2011).

Quando nos referimos às relações de gênero tradicionais estamos geralmente imaginando relações assimétricas, verticalizadas e hierárquicas de poder entre homens e mulheres, onde são os homens quem dominam e as mulheres que estão subalternizadas (MATOS et al., 2011).

Alguns estudos entendem que onde essa perspectiva se aplica com força, a autonomia mencionada pode explicar a maior violência. Podemos considerar que o homem rejeita violentamente a inversão de posições entre os gêneros no prisma econômico, já que a seu referencial valorativo é da “mulher/cuidadora, dona-de-casa, afetivamente responsável pelos filhos e união da família e o homem/provedor, chefe-da-casa, financeiramente responsável pela família” (MATOS et al., 2011). Já em lugares onde essa mentalidade está enfraquecida, as mulheres são empoderadas por esta inversão de posições (D’OLIVEIRA et al., 2009).

---

<sup>4</sup> Esse termo também é grafado como 'feminicídio'.

Matos et al.(2011) estabelece dois índices no trabalho mencionado acima: um deles referente ao Conservadorismo Político, e outro ao Tradicionalismo de Gênero. Sua intenção é analisar os níveis de modernização/destraditionalização da sociedade brasileira através de pesquisas de opinião. Os resultados apontam para tendências que corroboram com o debate aqui traçado: as mulheres se mostraram mais tradicionais, assim como homens e mulheres menos escolarizados e de renda mais baixa. Ela também conclui que mulheres evangélicas são mais tradicionais (MATOS et al., 2011), o que nos conduz a investigar o impacto dessas variáveis nas taxas de femicídio.

O nível de escolaridade também se mostrou variável de impacto na ocorrência de violência doméstica, tanto na perspectiva do agressor quanto de suas parceiras (ANACLETO et al., 2009; KRONBAUER e MENEGHEL, 2005; D'OLIVEIRA et al., 2009). Já a idade é variável que se comportou de forma distinta em algumas análises, que ora apontam para agressão predominante em mulheres jovens e sob situação de vulnerabilidade econômica, como afirmam Meneghel e Hirakata (2011): “no Brasil, investigações sobre o tema mostram que os femicídios predominam entre mulheres jovens, brancas, com nível fundamental de ensino, profissões não qualificadas, enquanto os agressores são jovens, geralmente com menor grau de escolaridade que as mulheres”, enquanto outros estudos não encontram associação relevante entre essas variáveis, dando maior ênfase aos fatores já mencionados acima (D'OLIVEIRA et al., 2009).

O sistema moral da religião também despertou atenção nos testes realizados pelos estudiosos. “Quanto à relação entre religião e violência, considera-se que o discurso religioso reforça a misoginia, a afirmação da masculinidade hegemônica e a tolerância aos atos de violência contra as mulheres, uma vez que prega a submissão das esposas aos maridos (MENEGHEL e HIRAKATA, 2011).” É pertinente que avaliemos a existência dessa relação e os efeitos que as diferentes religiões, especialmente a evangélica enquanto perpetuadora do conservadorismo, já que estudos anteriores encontraram relevância nesta variável.

O ponto comum entre os estudiosos consultados tem sido em reconhecer a fragilidade das mulheres na esfera privada e a separação entre esfera pública e privada no que diz respeito à defesa de direitos humanos. Um grupo de variáveis que não se apresentou com tanta força na bibliografia recente encontrada, mas que pode suscitar influência em nosso objeto, são as instituições voltadas para a implementação e execução de *policy* preventiva e combativa da violência doméstica. Nesse sentido, buscaremos contemplar esse prisma, contribuindo para a literatura do tema.

Tomando como base os dados ao longo desta reflexão, que motivaram a investigação em questão, buscaremos compreender como algumas variáveis socioeconômicas e institucionais, no nível municipal, influenciam na ocorrência de mortes de mulheres por parceiros em seus lares. O gênero seria o único fator que delimita o perfil desses homicídios, ou poderíamos encontrar outras variáveis, de natureza social, econômica e institucional que possuem impacto nas taxas de femicídio, associadas ao gênero?

## **Capítulo 2 - Identificação do problema de pesquisa e delimitação de hipóteses**

A pergunta que resume nossos objetivos, e se revela como problema de pesquisa é a seguinte: Quais são os principais condicionantes socioeconômicos e institucionais do aumento dos assassinatos de mulheres por parceiros, em esfera privada, no ano de 2010, nos municípios brasileiros?

### ***Hipóteses desse estudo:***

- A baixa renda dos habitantes dos municípios é condicionante do homicídio de mulheres em casa.
- A baixa escolaridade dos habitantes dos municípios é condicionante do homicídio de mulheres em casa.
- A autonomia econômica das mulheres nos municípios é condicionante do homicídio de mulheres em casa.
- A maior quantidade de adeptos da religião evangélica nos municípios é condicionante do homicídio de mulheres em casa.
- A distribuição racial nos municípios é condicionante do homicídio de mulheres em casa.
- O tradicionalismo nos municípios é condicionante do homicídio de mulheres em casa.
- A falta de acesso a estruturas de proteção e serviços de assistência social universalistas (Centros de Referência – CRAS, CREAS) é condicionante do homicídio de mulheres em casa.

- A falta de acesso a estruturas de proteção e de atenção específica à mulher (Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Núcleos/Defensórias Especializados de Atendimento à Mulher Postos/Núcleos/Secções de Atendimento à Mulher nas Delegacias Comuns Promotorias Especializadas/Núcleos de Gênero do Ministério Público Serviços de Abrigamento Varas Adaptadas de Violência Doméstica e Familiar Centro de Referência de Atendimento à Mulher DEAM – Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher NIAM/NUAM Núcleos integrados de atendimento à mulher) é condicionante do homicídio de mulheres em casa.

- A falta de estruturas do Estado voltadas para discutir e elaborar políticas e/ou legislação para as mulheres (Conselhos municipais voltados para direitos das mulheres) é condicionante do homicídio de mulheres em casa.

### ***Metodologia e técnicas de pesquisa***

Partindo do paradigma hipotético-dedutivo, o método estatístico nos servirá para averiguar o perfil de todos os municípios brasileiros, que são nossa população estudada, em termos de violência contra mulheres, no ano de 2011. Desse modo, o nosso objetivo é analisar de forma ampla as taxas médias dos dados municipais para encontrar padrões de relação causal e/ou associação entre as variáveis escolhidas, de forma que seja possível tirar conclusões gerais acerca da dinâmica das características que nos propomos a trabalhar, no nível dos municípios. Temos como variável dependente a taxa de homicídios de mulheres em seus próprios domicílios, por cem mil mulheres, por município e como variáveis independentes as taxas médias de rendimento total mensal, taxas de escolaridade mínima (fundamental completo), distribuição racial, adeptos da religião evangélica, distribuição de população rural (*proxy* de tradicionalismo), autonomia econômica das mulheres (razão entre o rendimento médio dos habitantes de sexo masculino pelo dos habitantes de sexo feminino e a porcentagem de domicílios em que o único responsável é do sexo feminino) e também a existência de estruturas de proteção básica, serviços de atenção à mulher e a existência de estrutura administrativa voltada para discussão dos direitos das mulheres nos municípios. As hipóteses tomam os dados do Sistema de Informação sobre a Mortalidade (SIM) como fonte do número e condições de morte das mulheres, fornecendo a taxa que representará a variável dependente, o número de mortas a cada cem mil mulheres anualmente, por agressão física

pelo parceiro, no domicílio, no período em questão. Ao contemplar as primeiras seis hipóteses, tomaremos como população todos os municípios brasileiros, em que avaliaremos as características elencadas a partir dos dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na realização das Pesquisas de Informações Básicas Municipais (MUNIC) de 2009 e 2012, do Censo 2010, e dos dados disponibilizados pelo Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD). Na sétima hipótese tomaremos a estrutura assistencial dos municípios, focando especificamente na existência de CRAS e CREAS nos municípios do Brasil, disponível nos levantamentos do DATASUAS, do MDS. Para avaliar a oitava hipótese, que versa sobre a existência de serviços de atenção à mulher, levantaremos junto à SPM a quantidade de serviços conveniados em cada município. Na última hipótese examinaremos a estrutura administrativa dos municípios da amostra, procurando pela existência de órgãos responsáveis por discutir políticas públicas e legislação para as mulheres, como os Conselhos de Direitos das mulheres. De posse dos dados, eles serão submetidos a tratamento estatístico, buscando identificar se há relação entre cada variável independente e a variável dependente, também averiguando a direção e força da correlação entre cada par de variáveis. A técnica estatística de regressão logística foi ponderada para esse estudo, porém, em virtude da distribuição de casos da variável dependente, optou-se por utilizar técnicas menos robustas, mas que oferecessem compreensão mais clara dos problemas levantados pela pergunta e hipóteses.

A coleta dos dados necessários para a realização da pesquisa se dará por levantamento documental e de dados secundários, acessados de maneiras distintas. Os obituários estão informatizados e tabulados, compondo um banco de dados a partir das informações detidas pelo Sistema Único de Saúde, disponibilizados via internet. Ao acessar o site do Ministério da Saúde, foram estabelecidos os seguintes filtros: ao solicitar o número de mortes, elas deveriam estar determinados por município, e ter ocorrido nos domicílios das vítimas, que deveriam ser do sexo feminino. Além disso, a causa da morte deveria pertencer a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, a décima edição, no capítulo XX: Causas externas de morbidade e mortalidade, grupo de agressões e categorias de X85 a Y09<sup>5</sup>. Vale ressaltar que o estabelecimento desses filtros não

---

<sup>5</sup> X85: Agressão por meio de drogas, medicamentos e substâncias biológicas; X86: Agressão por meio de substâncias corrosivas; X87: Agressão por pesticidas; X88: Agressão por meio de gases e vapores; X89: Agressão por outros produtos químicos ou substâncias nocivas específicas; X90: Agressão produtos químicos e substâncias nocivas não estabelecidas; X91: Agressão por enforcamento, estrangulamento ou sufocação; X92: Agressão por meio de afogamento e submersão; X93: Agressão por disparo de arma de fogo de mão; X94:

significa dizer que todos os casos de homicídio foram causados pelo parceiro da vítima, mas pode ser utilizado como *proxy* para femicídios em virtude da precariedade de informação em relação a esse fator. Os dados socioeconômicos foram obtidos também via internet, no site do IBGE, que fornece planilhas discriminadas por município das variáveis selecionadas, que faziam parte do levantamento do Censo 2010. Os dados do DATASUAS de 2011 e sobre a existência de Conselhos foram obtidos no site do MDS e IBGE (MUNIC 2009), respectivamente. Já os dados dos serviços foram coletados por Solicitação de Informação ao Cidadão, presencialmente, nas instalações da SPM, que enviou a planilha com as informações por e-mail. Após esse procedimento, realizaremos a inserção de todos esses dados em software estatístico, primeiro passo para verificação empírica das circunstâncias de nosso objeto de pesquisa.

---

Agressão por disparo de arma fogo de maior calibre; X95: Agressão disparo de outra arma de fogo ou não estabelecida; X96: Agressão por meio de material explosivo; X97: Agressão por meio de fumaça, fogo e chamas; X98: Agressão por vapor de água, gases ou objetos quentes; X99: Agressão por objeto cortante ou penetrante; Y00: Agressão por meio de um objeto contundente; Y01: Agressão por meio de projeção de um lugar elevado; Y02: Agressão por projetar ou colocar a vítima em objeto em movimento; Y03: Agressão por meio de impacto de veículo a motor; Y04: Agressão por meio de força corporal; Y05: Agressão sexual por meio de força física; Y06: Negligência e abandono; Y07: Outras síndromes de maus tratos; Y08: Agressão por outros meios específicos; Y09: Agressão por meios não especificados.



## *Descrição da variável dependente*

Tabela 1: Distribuição de municípios conforme ocorrência de femicídios

Municípios que manifestaram femicídios	Frequência	Porcentagem
Não	4820	86,6
Sim	744	13,4
Total	5564	100

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados do SIM (SUS/Ministério da Saúde)

Tabela 2: Número absoluto de femicídios de população brasileira por município

Número de femicídios de população brasileira	Frequência de municípios	Porcentagem
Nenhum	4820	86,63%
1	525	9,44%
2	121	2,17%
3	50	0,90%
4	16	0,29%
5	7	0,13%
6	6	0,11%
7	5	0,09%
8	2	0,04%
9	2	0,04%
10	2	0,04%
11	1	0,02%
12	1	0,02%
14	1	0,02%
18	1	0,02%
19	3	0,02%
28	1	0,02%
Total	5564	100%

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados do SIM (SUS/Ministério da Saúde)

Para tratar da variável dependente, optou-se por torná-la de variável numérica discreta, para variável categórica, já que, no ano de 2011, foram registrados, pelo Sistema Único de Saúde, 1293 homicídios por agressão, conforme o CID-10, capítulo XX, grupo de agressões, de X85 a Y09. Tais ocorrências foram registradas em 744 municípios, o que corresponde a

pouco mais de 10% da população desse estudo. Buscando a distribuição dos dados que melhor se ajustasse às técnicas estatísticas disponíveis, redefiniu-se a variável conforme a tabela acima expressa.

Já quando observamos a tabela a seguir, observamos que as menores taxas de femicídio primordialmente ocorrem nas cidades com mais de 50000 habitantes, enquanto as maiores taxas se concentram nas cidades de até 20000 habitantes. Essa característica se dá em função da baixa dispersão do número absoluto de mortes, que atinge o seu máximo na cidade de São Paulo, com 28 ocorrências. Dessa forma, observamos que muitas vezes, cidades de população pequena apresentam até três mortes.

Tabela 3: Distribuição de municípios por taxas de femicídio (coluna) e população (linha)

Municípios que manifestaram femicídios (CATEGÓRICA)				Faixas de população							Total	
				Até 5000 habitantes	de 5001 a 10000 habitantes	de 10001 a 20000 habitantes	de 20001 a 50000 habitantes	de 50001 a 100000 habitantes	de 100001 a 500000 habitantes	mais de 500000 habitantes		
Não	Número de femicídios	Nenhum	Contagem	1275	1155	1241	853	204	91	1	4820	
			Contagem esperada	1275,0	1155,0	1241,0	853,0	204,0	91,0	1,0	4820,0	
			% nas faixas de femicídio	26,5%	24,0%	25,7%	17,7%	4,2%	1,9%	,0%	100,0%	
			% nas faixas da população	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	Total		Contagem	1275	1155	1241	853	204	91	1	4820	
			Contagem esperada	1275,0	1155,0	1241,0	853,0	204,0	91,0	1,0	4820,0	
			% nas faixas de femicídio	26,5%	24,0%	25,7%	17,7%	4,2%	1,9%	,0%	100,0%	
			% nas faixas da população	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	Sim	Faixas de Número de femicídios	0,01 a 5 a cada 100000 habitantes	Contagem	0	0	1	172	122	159	36	490
				Contagem esperada	15,1	36,2	96,8	132,4	81,0	104,7	23,7	490,0
				% nas faixas de femicídio	0,0%	0,0%	,2%	35,1%	24,9%	32,4%	7,3%	100,0%
				% nas faixas da população	0,0%	0,0%	,7%	85,6%	99,2%	100,0%	100,0%	65,9%
5,01 a 10 a cada 100000 habitantes			Contagem	0	0	133	28	1	0	0	162	
			Contagem esperada	5,0	12,0	32,0	43,8	26,8	34,6	7,8	162,0	
			% nas faixas de femicídio	0,0%	0,0%	82,1%	17,3%	,6%	0,0%	0,0%	100,0%	
			% nas faixas da população	0,0%	0,0%	90,5%	13,9%	,8%	0,0%	0,0%	21,8%	
Acima de 10 a cada 100000 habitantes			Contagem	23	55	13	1	0	0	0	92	
			Contagem esperada	2,8	6,8	18,2	24,9	15,2	19,7	4,5	92,0	
			% nas faixas de femicídio	25,0%	59,8%	14,1%	1,1%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	
			% nas faixas da população	100,0%	100,0%	8,8%	,5%	0,0%	0,0%	0,0%	12,4%	
Total		Contagem	23	55	147	201	123	159	36	744		
		Contagem esperada	23,0	55,0	147,0	201,0	123,0	159,0	36,0	744,0		
		% nas faixas de femicídio	3,1%	7,4%	19,8%	27,0%	16,5%	21,4%	4,8%	100,0%		
		% nas faixas da população	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE) e do SIM (SUS/MS)

## *Descrição das variáveis independentes*

A população desse estudo é composta por 5564 municípios brasileiros<sup>6</sup>. A identificação de cada elemento da população foi feita com base no nome oficial de cada unidade da federação, além do código que o IBGE atribui para particularizar cada município nos levantamentos e bancos de dados do órgão, o que também é utilizado por outras instituições na elaboração de seus bancos de dados, permitindo a concatenação das diversas variáveis independentes que serão apresentadas a seguir.

Cada município brasileiro foi caracterizado pela sua população absoluta contabilizada pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) de 2012. Com base nos dados coletados no Censo do IBGE de 2010, cada município também teve a proporção de população masculina e feminina delimitada. A tabela a seguir informa as características básicas do tamanho populacional dos municípios brasileiros.

Tabela 4: Distribuição de municípios nas faixas de tamanho da população

Faixas de população absoluta	Número de municípios	Porcentagem
Até 5000 habitantes	1298	23,3
de 5001 a 10000 habitantes	1210	21,7
de 10001 a 20000 habitantes	1388	24,9
de 20001 a 50000 habitantes	1054	18,9
de 50001 a 100000 habitantes	327	5,9
de 100001 a 500000 habitantes	250	4,5
Mais de 500000 habitantes	37	0,7
Total	5564	100

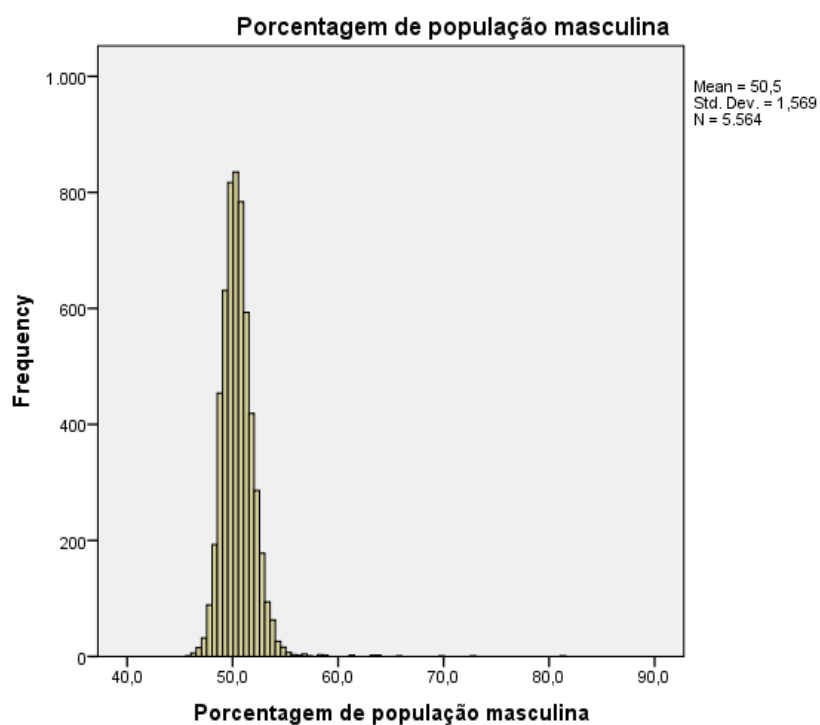
Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE)

A maioria dos municípios brasileiros possui até 20000 habitantes, enquanto pouco mais de 10% possui mais de 50000 habitantes. A variável é numérica, contínua, e tem distribuição concentrada nas três primeiras faixas.

---

<sup>6</sup> Brasília foi excluída da amostra por não se comportar, em termos de características populacionais, jurisdicionais ou demográficas, nem como um estado, nem como um município.

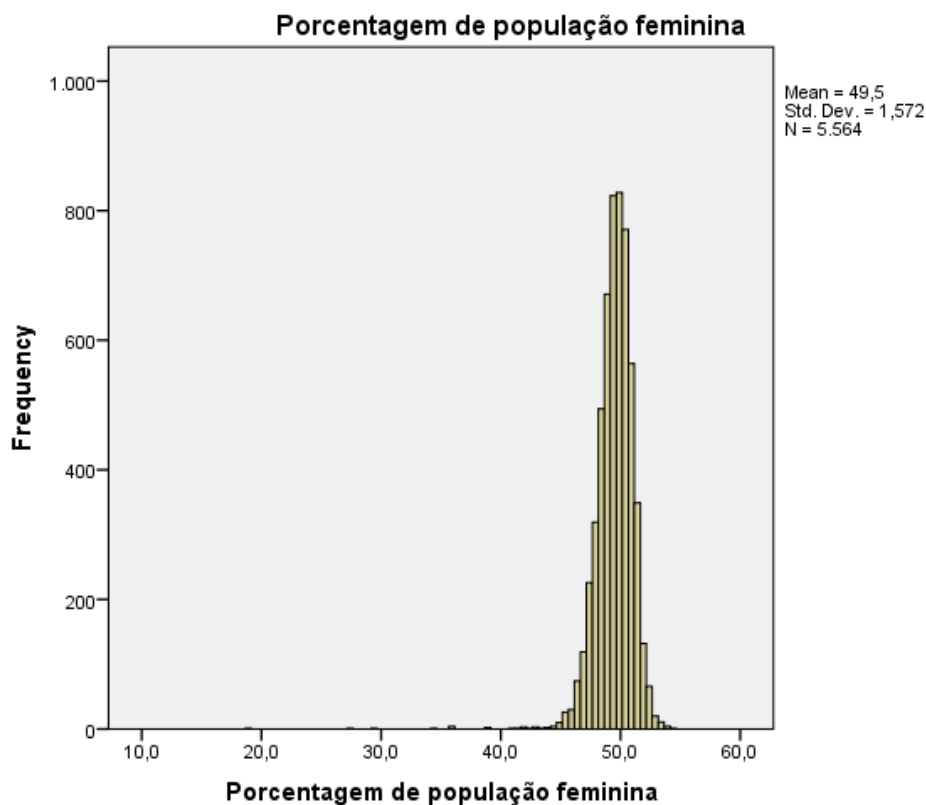
Figura 1: Histograma da distribuição de população masculina nos municípios brasileiros



Fonte: Figura elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE)

Quando observamos a distribuição dos habitantes de acordo com o sexo biológico, a tendência é de que os homens sejam maioria nos municípios, como aponta o gráfico acima. Esta é um variável numérica, contínua, com distribuição que tende a normal.

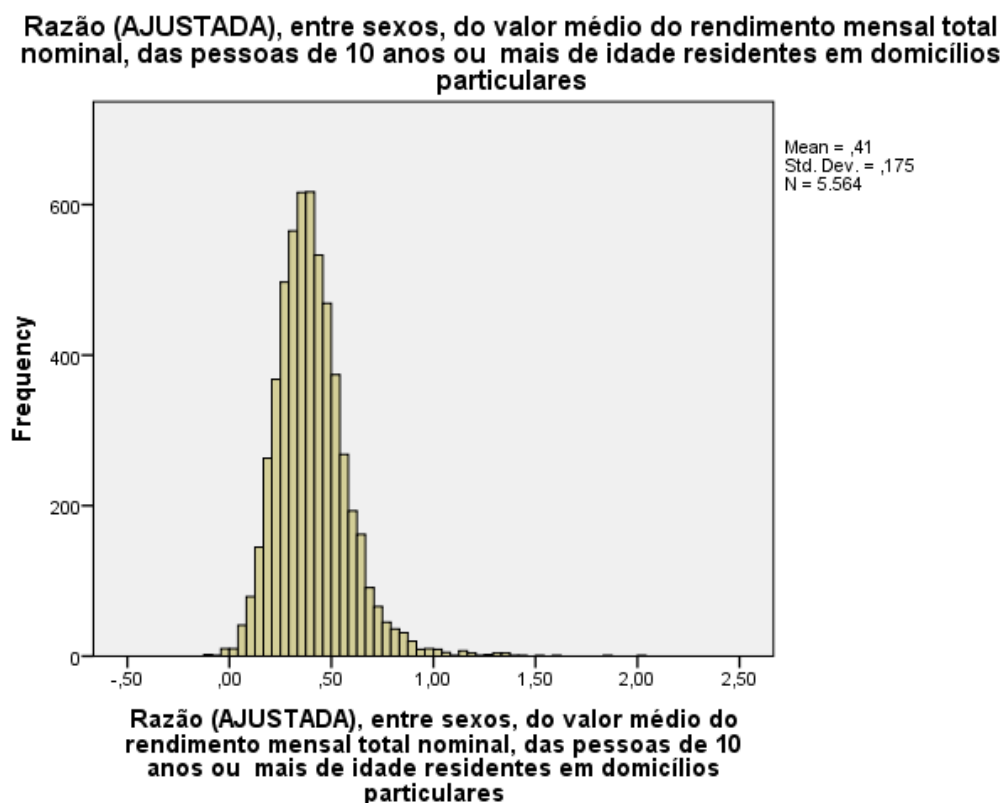
Figura 2: Histograma da distribuição de população feminina nos municípios brasileiros



Fonte: Figura elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE)

As mulheres, em média, formam 49% da população dos municípios, tendência próxima da distribuição da população masculina. Esta é uma variável numérica, contínua, com distribuição que tende a normal, assim como ilustra o gráfico.

Figura 3: Histograma da distribuição da razão ajustada entre os rendimentos de homens e mulheres nos municípios brasileiros

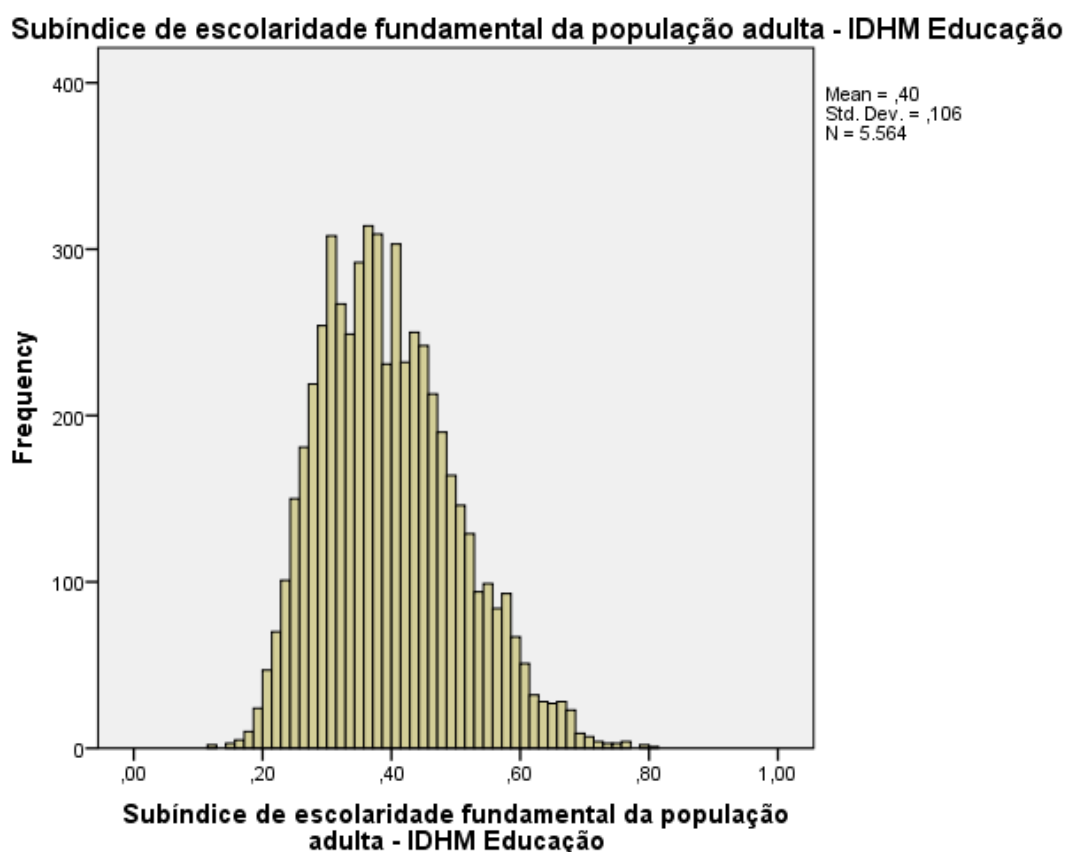


Fonte: Figura elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE)

A variável de renda, que se mostrou significativa em interpretações dos condicionantes de femicídios, foi obtida no levantamento do Censo 2010. Em quase todos os municípios, o valor médio do rendimento mensal das mulheres de 10 anos ou mais, residentes em domicílios particulares é menor do que esse mesmo valor para os homens nessa condição. Em 10 municípios, o rendimento das mulheres superou o dos homens, sendo eles: Campinas do Piauí (PI), com diferença de 12 reais entre homens (R\$ 427,0) e mulheres (R\$ 439,0); Isaías Coelho (PI), com diferença de 58 reais entre homens (R\$ 484,0) e mulheres (R\$ 542,0); Milton Brandão (PI) com diferença de 33 reais entre homens (R\$ 378,0) e mulheres (R\$ 411,0); Sebastião Barros (PI) com diferença de 15 reais entre homens (R\$ 392,0) e mulheres (R\$ 407,0); Curral de Cima (PB) com diferença de 6 reais entre homens (R\$ 436,0) e mulheres (R\$ 442,0); São José dos Cordeiros (PB) com diferença de 5 reais entre homens (R\$ 420,0) e mulheres (R\$ 425,0); Chá Grande (PE) com diferença de 59 reais entre homens (R\$ 642,0) e mulheres (R\$ 701,0); Ingazeira (PE) com diferença de 8 reais entre homens (R\$

472,0) e mulheres (R\$ 480,0); Brejo Grande (SE) com diferença de 10 reais entre homens (R\$ 391,0) e mulheres (R\$ 401,0) e Chácara (MG) com diferença de 17 reais entre homens (R\$ 837,0) e mulheres (R\$ 854,0). Outros dois municípios tem rendimento médio aproximadamente paritário entre os sexos (Barão do Triunfo (RS) e Cuitegi (PB)). A tendência, nos municípios brasileiros, é que os homens ganhem 40% a mais que as mulheres. Essa variável é de caráter numérico e contínua, e se comportou com distribuição aproximada da normal.

Figura 4: Histograma da distribuição de população de jovens e adultos, com 18 anos ou mais, com pelo menos o ensino fundamental completo nos municípios brasileiros



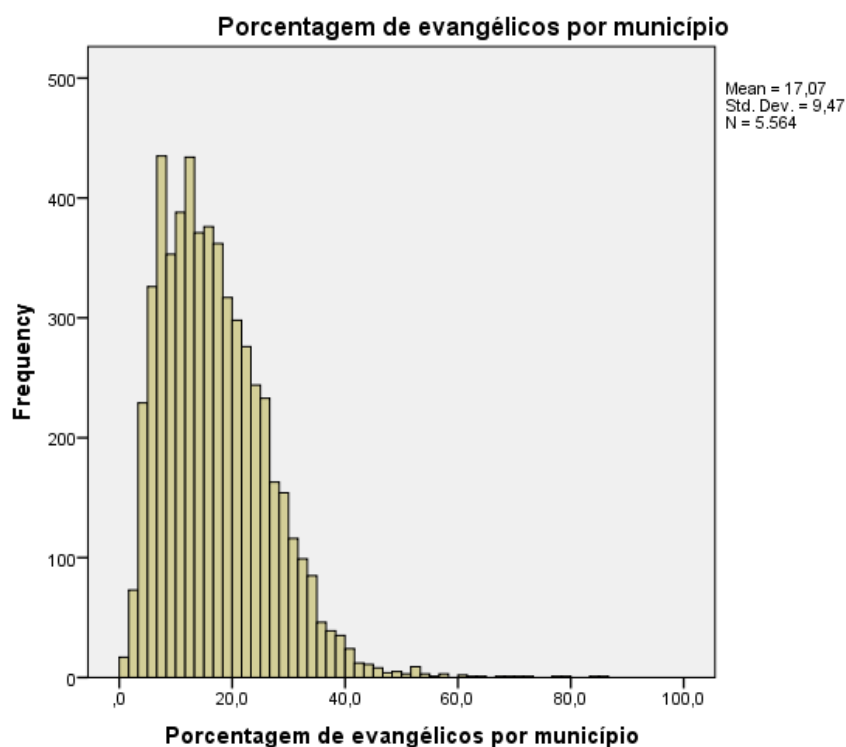
Fonte: Figura elaborada pela autora, a partir de dados do IDHM (PNUD)

Como indicador de escolaridade, foi possível utilizar um dos subíndices que forma o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) de escolaridade, desenvolvido pelo PNUD. No gráfico acima, verificamos a porcentagem de jovens e adultos, com mais de 18 anos, que possuem pelo menos o ensino fundamental completo. Como podemos observar,



a tendência é que cerca de 40% da população dos municípios brasileiros atinja tal nível de formação educacional. Essa variável também é de caráter numérico e contínua, e se comportou com distribuição aproximada da normal.

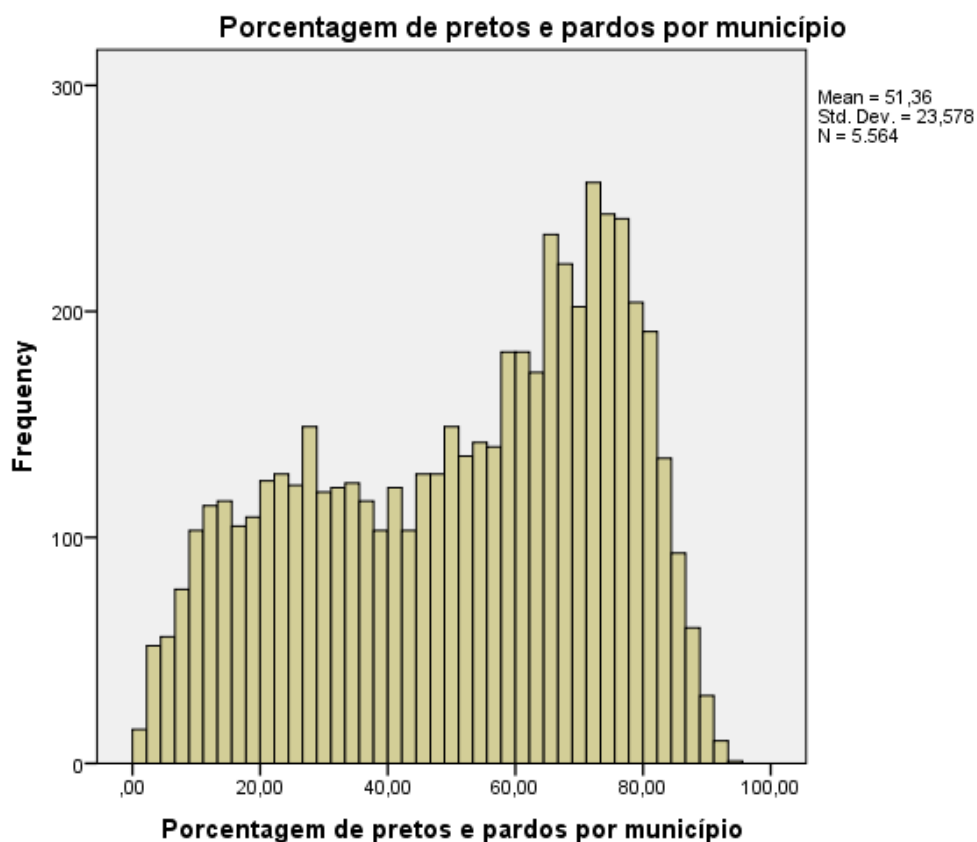
Figura 5: Histograma da distribuição de população evangélica nos municípios brasileiros



Fonte: Figura elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE)

Nos últimos anos, os dados coletados por algumas instituições tem apontado para o aumento do número de adeptos da religião evangélica no Brasil (IBGE, 2010). Sabendo disso, e partindo da evidência de outros estudos de que essa variável é relevante para o objetivo desse trabalho, foi inserida no banco de dados a informação acerca da porcentagem de adeptos declarados da religião, o que tende a 17% nos municípios brasileiros, em que já é possível identificar municípios em que tal valor passa dos 50%, como podemos observar no gráfico acima. Essa variável é de caráter numérico e contínua.

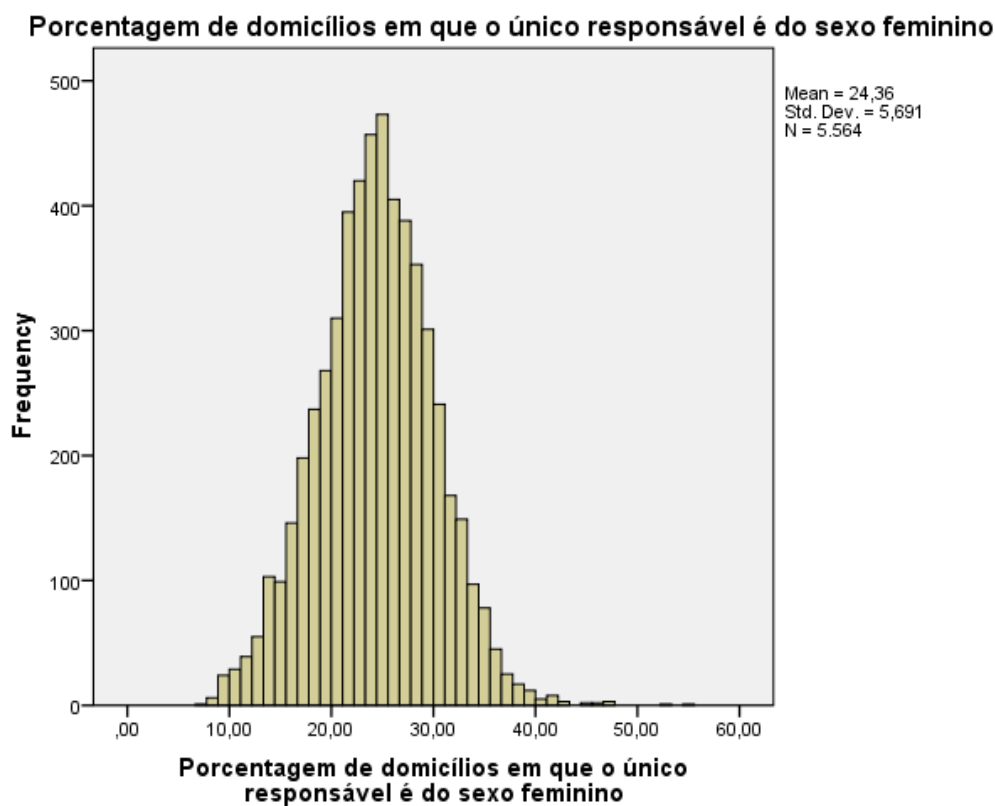
Figura 6: Histograma da distribuição de população negra ou parda nos municípios brasileiros



Fonte: Figura elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE)

A variável de distribuição racial, numérica e contínua, também é relevante nesta análise, já que se mostra como significativa, na literatura, para explicar a escalada de violência ao seu extremo: a morte das mulheres por violência doméstica. Os dados do Censo 2010, evidenciados acima, apontam para a tendência de que a maioria dos habitantes dos municípios brasileiros se declarem negros ou pardos, em que a média é de que essa seja a identificação racial de 51% da população das unidades territoriais.

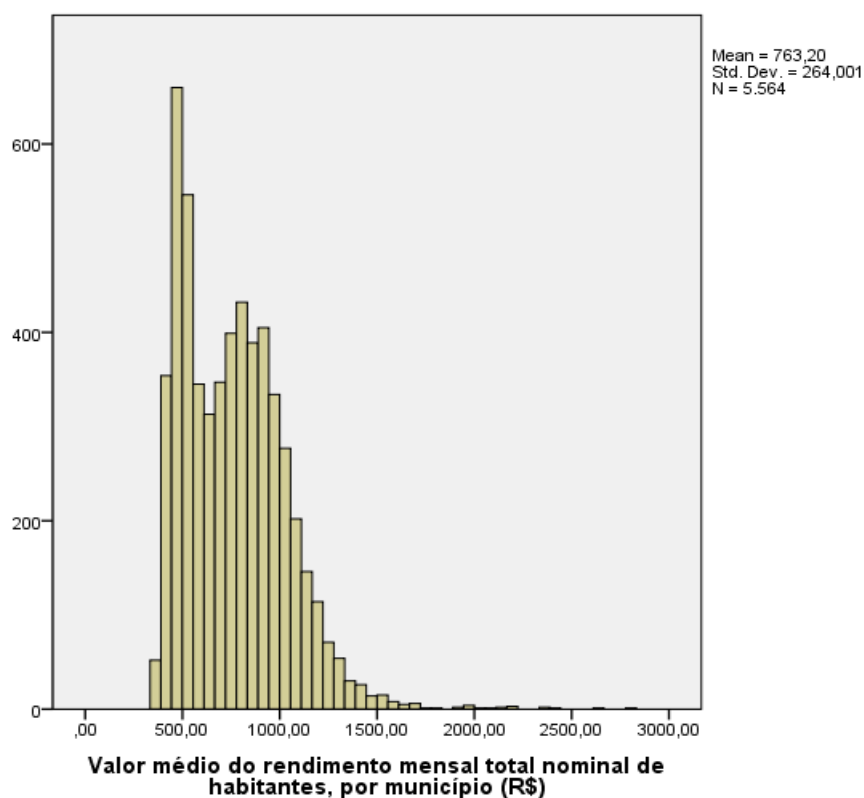
Figura 7: Histograma da distribuição da porcentagem de domicílios em que o único responsável é do sexo feminino nos municípios brasileiros



Fonte: Figura elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE)

De acordo com o IBGE, a tendência, nos municípios brasileiros, é de que 25% dos domicílios tenham único responsável do sexo feminino. Essa variável é pertinente para pensarmos a autonomia das mulheres e os efeitos desse posicionamento nas relações de gênero, o que pode ser significativo para explicar os condicionantes de femicídios. Como vemos, essa variável é de caráter numérico e contínua, e se comportou com distribuição aproximada da normal.

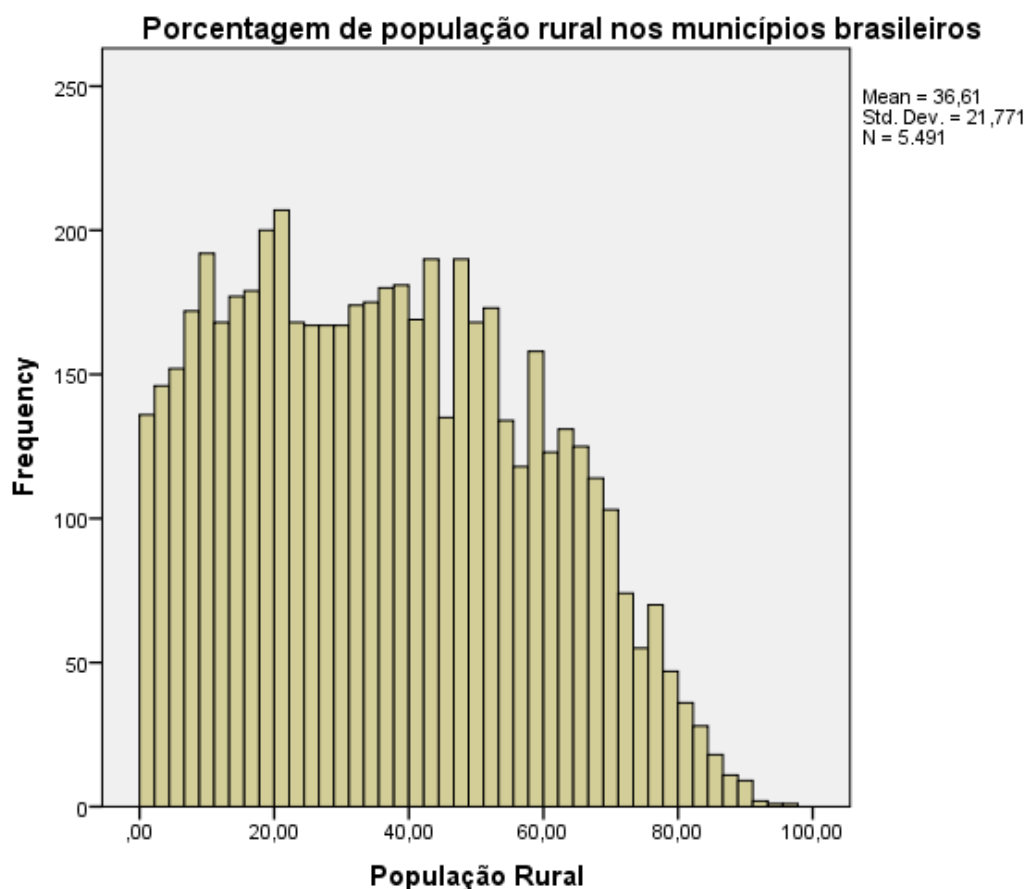
Figura 8: Histograma da distribuição do valor (R\$) rendimento médio nominal nos municípios brasileiros



Fonte: Figura elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE)

O valor médio de rendimento mensal nominal dos brasileiros é de R\$ 763,20, enquanto que a distribuição dessa variável se concentra entre os valores de R\$ 500 e R\$ 1000. Essa variável nos permitirá avaliar as condições econômicas das populações dos municípios, nos levando a inferir conclusões em torno dos efeitos dessas condições na vida das mulheres nesses espaços.

Figura 9: Histograma da distribuição do população rural nos municípios brasileiros



Fonte: Figura elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE)

A população do Brasil é majoritariamente urbana, com média de 36,6% de população rural por município. Essa variável é numérica, contínua, e tem distribuição que não é normal. Ela foi incluída na realização desse estudo como variável independente por funcionar bem como uma *proxy* para tradicionalismo. Decidimos por testá-la diante das hipóteses levantadas por vários teóricos na Ciência Política – em especial, vale citar Ronald Inglehart e Pippa Norris, expoentes dessa vertente. O posicionamento dos autores envolve, essencialmente, a associação entre o desenvolvimento econômico, pensando no processo de industrialização e urbanização como fatores cruciais para a explicação da mudança de valores nas sociedades contemporâneas, de modo que ocorra uma transição de valores materialistas para valores pós-materialistas que enfatizem mais qualidade de vida, cultura, dentre outros (2002). Apesar de não ser um movimento contínuo e/ou linear, Inglehart e Baker afirmam em outro texto que "a teoria da modernização afirma que nas sociedades que se desenvolvem economicamente,

suas culturas tendem a mudar numa direção previsível, nossos dados se encaixam nas implicações dessa previsão" (2000)<sup>7</sup>. Nesse sentido, podemos esperar, de acordo com esses autores, que localidades mais industrializadas e urbanizadas serão mais prósperas e oferecerão maior oportunidade aos seus habitantes, e conseqüentemente terão maior desenvolvimento humano. Para explicar essa relação, Inglehart explica que "as prioridades de um indivíduo refletem o ambiente socioeconômico: um indivíduo deposita o maior valor subjetivo naquelas coisas que estão em maior escassez" (1990)<sup>8</sup>. Ou seja, em momentos em que a sobrevivência econômica e material está ameaçada, ela se torna patente para o indivíduo, que a prioriza a despeito de valores como liberdade, democracia ou luta por direitos em outras áreas.

Já em uma conjuntura favorável economicamente, essas temáticas ascendem nas preferências dos indivíduos, levando às transições de valores citadas. Powell Jr. fala na escolarização e literalização que acompanha e é requerida pela industrialização, já que o desenvolvimento tecnológico está relacionada à capacitação da população economicamente ativa (1982). Ele ainda diz, no mesmo livro, que a maior educação gera maior conexão e interdependência entre as pessoas, e o ambiente urbano é um espaço de fluxo de trocas de informação maior e mais complexo, levando maior diversidade à experiência dos indivíduos (POWELL JR., 1982).

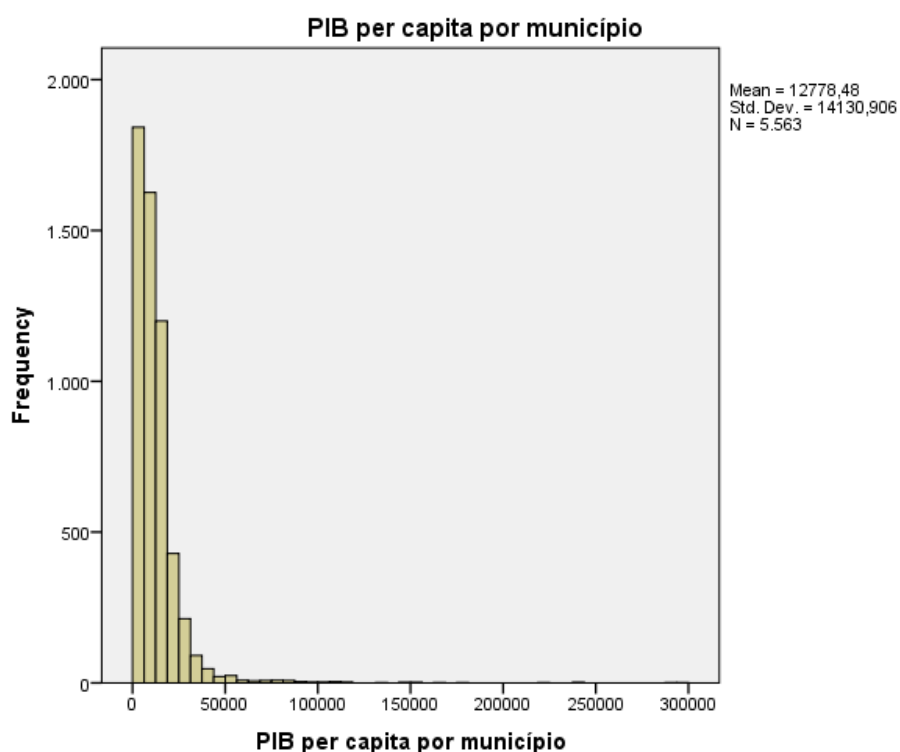
Assim, com base nesses argumentos, selecionamos essa variável como caracterizadora do nível de tradicionalismo nos municípios, buscando verificar se há relação entre a maior presença de população rural e a ocorrência de femicídios.

---

<sup>7</sup> Tradução livre da autora.

<sup>8</sup> Tradução livre da autora.

Figura 10: Histograma da distribuição do PIB per capita nos municípios brasileiros



Fonte: Figura elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE)

O histograma acima demonstra a distribuição dos municípios conforme o valor do seu PIB, no ano de 2010. Como podemos verificar, a maioria dos municípios possui PIB per capita de até R\$ 15000, em que poucos são os municípios com PIB per capita maior que R\$50000. Esta variável não possui distribuição normal e não apresentou significância estatística quando realizados testes estatísticos, o que nos levou a optar por não incluí-la na análise posterior.

Tabela 5: Distribuição de municípios conforme existência de CRAS ou CREAS

Índice de serviços de assistência social	Frequência	Porcentagem
Não possui CRAS nem CREAS	203	3,6
Possui CRAS ou CREAS	3964	71,2
Possui CRAS e CREAS	1397	25,1
Total	5564	100

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados do DATASUAS (MDS)

Agora pensando nas variáveis independentes institucionais, uma das hipóteses busca verificar o impacto da presença de Centros de Referência em Assistência Social, o CRAS e/ou CREAS<sup>9</sup>, de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome na ocorrência dos femicídios. Para isso, foi criado um índice categorizado da presença destes, em que o “0” significa que não há CRAS ou CREAS, “1” significa que há CRAS ou CREAS, e “2” significa que ambos estão instalados no município. Podemos observar que apenas 3,6% das unidades não são atendidas por algum dos centros.

Tabela 6: Distribuição de municípios conforme existência de serviços de atenção à mulher

Índice de serviços de atenção à mulher por município	Frequência	Porcentagem
Nenhum serviço	5006	90
1	330	5,9
2	145	2,6
3	41	0,7
4	16	0,3
5	5	0,1
6	11	0,2
7	3	0,1
9	3	0,1
10	1	0,018
12	1	0,018
15	1	0,018
31	1	0,018
Total	5564	100

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados do Ligue 180 e da MUNIC 2012 (SPM; IBGE)

<sup>9</sup> Os CRAS oferecem serviços de assistência social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Eles têm por objetivo fortalecer os vínculos familiares e comunitários, buscando com suas ações priorizar a promoção da autonomia, das potencialidades e o fortalecimento das famílias e indivíduos.

Já os CREAS são unidades que articulam ou coordenam ações de proteção social especial de alta e média complexidade. Eles são responsáveis pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com direitos violados, direcionando o foco das ações para a família, na perspectiva de potencializar e fortalecer sua função protetiva. Em seu escopo de atuação, também compreende os serviços de acolhimento institucional, acolhimento em família e proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Fonte: <http://www.amac.org.br/cras-creas>



A segunda hipótese, voltada para as variáveis institucionais, refere-se aos serviços ligados aos convênios da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). São eles: Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Núcleos/Defensórias Especializados de Atendimento à Mulher; Postos/Núcleos/Secções de Atendimento à Mulher nas Delegacias Comuns; Promotorias Especializadas/Núcleos de Gênero do Ministério Público; Serviços de Abrigamento; Varas Adaptadas de Violência Doméstica e Familiar; Centro de Referência de Atendimento à Mulher; DEAM – Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e NIAM/NUAM Núcleos integrados de atendimento à mulher. A opção tomada foi de construir um índice que compile a presença absoluta de alguma dessas estruturas de forma a simplificar a análise. Verificamos que a presença dessas instituições se dá apenas em 10% das unidades territoriais; desses, 59,1% possuem apenas uma unidade de algum dos serviços descritos. Vale destacar que nenhum município possui todas as modalidades citadas.

Tabela 7: Distribuição de municípios conforme existência de Conselhos Municipais

Municípios que possuem conselhos municipais de direitos das mulheres	Frequência	Porcentagem
Não	4971	89,3
Sim	593	10,7
Total	5564	100

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados da MUNIC 2009 (IBGE)

Por fim, a última a variável independente institucional se destina a identificar a presença de Conselhos Municipais de Direitos das Mulheres, instituições estatais com participação da sociedade civil que pensam e propõem ações públicas para atender a esse grupo. Como verificamos na tabela acima, apenas 10,7% dos municípios possui essa instituição.

## Análise dos dados

Para compreender como as variáveis independentes apresentadas acima impactam no número de feminicídios no ano de 2011, foram executadas tentativas de identificar perfis e agrupamentos no banco de dados estruturado. Com base nesse critério, a variável dependente e todas as variáveis independentes foram recodificadas, de forma a estabelecer grupos com

base nas distribuições das variáveis. O primeiro tratamento dado à variável dependente foi transformá-la em taxa para cada 100000 habitantes, de forma a contornar os falsos efeitos que o indicador populacional pudesse gerar sobre as conclusões seguintes. Após esse processo, as variáveis independentes também foram trabalhadas para que os municípios fossem incluídos em grupos identificados por pertencerem a faixas de distribuição das características. A seguir, testamos a correlação entre a variável dependente e cada uma das independentes, aferindo a significância estatística e realizando testes, dos quais o de maior relevância é a correlação de Spearman.

Tabela 8: Distribuição de municípios por taxa de femicídio e pela razão, entre sexos, do rendimento mensal médio nominal

Municípios que manifestaram femicídios (CATEGÓRICA)				Faixas de razão entre o valor do rendimento médio masculino e o feminino (ajustada uma unidade à esquerda)					Total	
				-0,13 até 0	0,01 até 0,50	0,51 até 1	1,01 até 1,5	Maior que 1,5		
Não	Número de femicídios	Nenhum	Contagem	13 <sub>a</sub>	3730 <sub>a</sub>	1035 <sub>a</sub>	39 <sub>a</sub>	3 <sub>a</sub>	4820 <sub>a</sub>	
			Contagem esperada	13,0	3730,0	1035,0	39,0	3,0	4820,0	
			% nas faixas de femicídio	,3%	77,4%	21,5%	,8%	,1%	100,0%	
			% nas faixas da razão do rendimento	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	Total		Contagem	13	3730	1035	39	3	4820	
			Contagem esperada	13,0	3730,0	1035,0	39,0	3,0	4820,0	
			% nas faixas de femicídio	,3%	77,4%	21,5%	,8%	,1%	100,0%	
			% nas faixas da razão do rendimento	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	Sim	Faixas de Número de femicídios	0,01 a 5 a cada 100000 habitantes	Contagem		363 <sub>a</sub>	127 <sub>a</sub>			490 <sub>a</sub>
				Contagem esperada		372,1	117,9			490,0
% nas faixas de femicídio					74,1%	25,9%			100,0%	
% nas faixas da razão do rendimento					64,2%	70,9%			65,9%	
5,01 a 10 a cada 100000 habitantes			Contagem		129 <sub>a</sub>	33 <sub>a</sub>			162 <sub>a</sub>	
			Contagem esperada		123,0	39,0			162,0	
			% nas faixas de femicídio		79,6%	20,4%			100,0%	
			% nas faixas da razão do rendimento		22,8%	18,4%			21,8%	
Acima de 10 a cada 100000 habitantes			Contagem		73 <sub>a</sub>	19 <sub>a</sub>			92 <sub>a</sub>	
			Contagem esperada		69,9	22,1			92,0	
			% nas faixas de femicídio		79,3%	20,7%			100,0%	
			% nas faixas da razão do rendimento		12,9%	10,6%			12,4%	
Total		Contagem		565	179			744		
		Contagem esperada		565,0	179,0			744,0		
		% nas faixas de femicídio		75,9%	24,1%			100,0%		
		% nas faixas da razão do rendimento		100,0%	100,0%			100,0%		

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE) e do SIM (SUS/MS)

Tabela 9: Testes estatísticos da relação entre a distribuição de municípios por taxa de femicídio e pela razão, entre sexos, do rendimento mensal médio

Municípios que manifestaram femicídios (CATEGÓRICA)			Valor	Asymp. Std. Erro <sup>b</sup>	Aprox. T <sup>c</sup>	Sig. Aprox.	Sig. Exata
Não	Ordinal por Ordinal	Kendall's tau-b	. <sup>a</sup>				
	N de casos válidos		4820				
Sim	Ordinal por Ordinal	Kendall's tau-b	-,057	,034	-1,650	,099	,110
		Kendall's tau-c	-,049	,030	-1,650	,099	,110
		Correlação de Spearman	-,059	,036	-1,606	,109 <sup>d</sup>	,110
	N de casos válidos		744				
	Intervalo por Intervalo	Pearson's R	-,055	,035	-1,491	,136 <sup>d</sup>	,144

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE) e do SIM (SUS/MS)

A primeira variável independente a ser testada corresponde à razão do valor médio do rendimento mensal masculino dividido pelo feminino. Após deslocar a distribuição da variável para que o seu centro estivesse no valor “0”, diminuindo em uma unidade o valor da razão em cada município, esta variável foi recodificada para classificar os municípios de acordo com os valores da razão em: paritários (-0,12 a 0); pouco desiguais (0,01 a 0,5); razoavelmente desiguais (0,51 a 1); muito desiguais (1,01 a 1,5) e extremamente desiguais (maior que 1,5). Como podemos observar na tabela abaixo, tanto entre os municípios que manifestaram algum femicídio como naqueles que não manifestaram, a distribuição que encontramos é de que mais de 70% dos municípios se enquadram na qualificação de pouco desiguais. Não observamos, no entanto, que essa variável seja significativa estatisticamente. Isso nos leva a sugerir algumas interpretações: a primeira é de que a relação das variáveis é espúria, e de que, na verdade, elas são independentes; a segunda é de que a magnitude da desigualdade não afeta de maneira significativa, mas sim a existência dela combinada com outros fatores, o que não foi avaliado nos testes realizados; e por fim, a possibilidade de que essa variável não traduza a dinâmica de gênero vivida nesses espaços, de forma a nos levar a refutar, por enquanto, a hipótese de que a autonomia econômica seja condicionante dos femicídios. Os argumentos de Matos et al. podem nos ajudar a compreender as razões da não-associação entre as variáveis. Os efeitos da autonomia econômica interagem bastante, para a

autora, com os valores tradicionalistas das localidades, gerando efeitos opostos a depender do município (MATOS et al., 2011). Dessa forma, é possível pensar que não é a presença ou ausência de autonomia que é chave para condicionar a ocorrência de municípios, mas, na verdade, o que tal autonomia representa simbolicamente para as mulheres e homens desses municípios. Assim, podemos estar diante de uma situação em que a subordinação de gênero nas relações afetivas é mediada por outros fatores que são fundamentais para explicar os femicídios, o que não foi possível avaliar dentro das limitações do método aqui escolhido, mas que pode ser um problema de pesquisa que motive outros estudos futuramente.

Tabela 10: Distribuição de municípios por taxa de femicídio e pelo subíndice de escolaridade

Municípios que manifestaram femicídios (CATEGÓRICA)				Faixas do Subíndice de escolaridade - % de jovens e adultos com 18 anos ou mais com o fundamental completo				Total	
				0 a 20	20,01 a 40	40,01 a 60	Acima de 60		
Não	Número de femicídios	Nenhum	Contagem	46 <sub>a</sub>	2746 <sub>a</sub>	1936 <sub>a</sub>	92 <sub>a</sub>	4820	
			Contagem esperada	46,0	2746,0	1936,0	92,0	4820,0	
			% nas faixas de femicídio	1,0%	57,0%	40,2%	1,9%	100,0%	
			% nas faixas da porcentagem do subíndice de escolaridade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	Total		Contagem	46	2746	1936	92	4820	
			Contagem esperada	46,0	2746,0	1936,0	92,0	4820,0	
			% nas faixas de femicídio	1,0%	57,0%	40,2%	1,9%	100,0%	
			% nas faixas da porcentagem do subíndice de escolaridade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	Sim	Faixas de Número de femicídios	0,01 a 5 a cada 100000 habitantes	Contagem	1 <sub>a, b</sub>	104 <sub>b</sub>	258 <sub>a</sub>	127 <sub>c</sub>	490
				Contagem esperada	2,0	170,6	233,8	83,6	490,0
				% nas faixas de femicídio	,2%	21,2%	52,7%	25,9%	100,0%
				% nas faixas da porcentagem do subíndice de escolaridade	33,3%	40,2%	72,7%	100,0%	65,9%
5,01 a 10 a cada 100000 habitantes			Contagem	2 <sub>a, b</sub>	90 <sub>b</sub>	70 <sub>a</sub>	0 <sub>c</sub>	162	
			Contagem esperada	,7	56,4	77,3	27,7	162,0	
			% nas faixas de femicídio	1,2%	55,6%	43,2%	0,0%	100,0%	
			% nas faixas da porcentagem do subíndice de escolaridade	66,7%	34,7%	19,7%	0,0%	21,8%	
Acima de 10 a cada 100000 habitantes		Contagem	0 <sub>a, b, c</sub>	65 <sub>c</sub>	27 <sub>b</sub>	0 <sub>a</sub>	92		
		Contagem esperada	,4	32,0	43,9	15,7	92,0		
		% nas faixas de femicídio	0,0%	70,7%	29,3%	0,0%	100,0%		
		% nas faixas da porcentagem do subíndice de escolaridade	0,0%	25,1%	7,6%	0,0%	12,4%		
Total		Contagem	3	259	355	127	744		
		Contagem esperada	3,0	259,0	355,0	127,0	744,0		
		% nas faixas de femicídio	,4%	34,8%	47,7%	17,1%	100,0%		
		% nas faixas da porcentagem do subíndice de escolaridade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE) e do SIM (SUS/MS)

Tabela 11: Testes estatísticos da relação entre a distribuição de municípios por taxa de femicídio e pelo subíndice de escolaridade

Municípios que manifestaram femicídios (CATEGÓRICA)			Valor	Asymp. Std. Erro <sup>b</sup>	Aprox. T <sup>c</sup>	Sig. Aprox.	Sig. Exata
Não	Ordinal por Ordinal	Kendall's tau-b	.				
	N de casos válidos		4820				
Sim	Ordinal por Ordinal	Kendall's tau-b	-,417	,025	-14,864	,000	,000
		Kendall's tau-c	-,350	,024	-14,864	,000	,000
		Correlação de Spearman	-,452	,028	-13,820	,000 <sup>d</sup>	,000
	N de casos válidos		744				
	Intervalo por Intervalo	Pearson's R	-,431	,025	-13,014	,000 <sup>d</sup>	,000

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE) e do SIM (SUS/MS)

A segunda variável independente a ser testada é o subíndice de escolaridade que mede a porcentagem de jovens e adultos com 18 anos ou mais e que possuem pelo menos o ensino fundamental completo. Ela foi redefinida nos seguintes parâmetros: baixos níveis de escolaridade (de 0% a 20%); níveis médios (20,01% a 40%); níveis médio-altos (40% a 60%); e níveis altos (acima de 60%). A tabela acima nos informa que a maioria dos municípios que não observaram nenhum femicídio no ano de 2011 possuem, em sua maioria, de 20 a 60% de pessoas com tal grau de escolaridade. Já dentre os que apresentaram mortes, podemos observar que dos que há mais registros: a maioria (70,7%) tem entre 20,01 e 40% de pessoas com mais que o ensino fundamental.

Tomando como base os testes estatísticos elencados na tabela abaixo, podemos inferir que a escolaridade está associada de maneira negativa aos femicídios: a baixa escolaridade é condicionante de um cenário que é mais propício a mortes, corroborando a hipótese apresentada anteriormente. Dos 490 municípios que observaram entre 0,1 e 5 mortes a cada 10000 habitantes, 33% deles possui de 0% a 20% de seus habitantes maiores de 18 anos com escolaridade de pelo menos o ensino fundamental, o que denota os efeitos da baixa escolaridade como fatores que compõem uma configuração mais vulnerável para as mulheres. Isso não significa que a ocorrência de mortes esteja associada à falta de conhecimento estrito ou desenvolvimento intelectual formal, mas o que a teoria aponta indica que a menor escolaridade pode gerar menor acesso à informação, menor reconhecimento na esfera pública e reduzir o horizonte de expectativas, o que pode tornar a desigualdade de gênero nesses

ambientes ainda mais profunda. Ainda é possível inferir que esses números apontem para a relação que a variável de renda e escolaridade mantém - apesar da desigualdade de rendimentos médios mensais entre homens e mulheres nos municípios não tenha se mostrado significativo estatisticamente, como vimos na discussão anterior - formando um ambiente de vulnerabilidade material e de acesso a instituições e mecanismos de proteção, condicionando a ocorrência de mortes. Dialogando com Matos et al. (2011), verificamos resultados que estão relacionados: a autora ressalta que em ambientes onde há maiores índices de escolaridade, há tendências de destradicionalização no nível dos valores, tanto para homens como para mulheres, transformação que pode estar subjacente à correlação encontrada nesses dados. A maior escolaridade abre oportunidades para que os habitantes desses municípios se insiram um contexto de maior complexidade informacional e contato com realidades diversas. Powell Junior diz que "melhor educação e literalização são necessárias para o desenvolvimento econômico, porque melhores habilidades são necessárias. Consequentemente, a população se torna mais diversa, mas também mais interdependente e mais conectada" (1982)<sup>10</sup>. Esses são argumentos relevantes para a discussão da influência da escolaridade na não ocorrência de femicídios, ainda que muitas ressalvas possam ser levantadas acerca das particularidades do sistema educacional brasileiro e das relações de poder e desigualdade que o atravessam, que são elementos fundamentais para aprofundar essa discussão, ainda que essa não seja a intenção deste trabalho. É importante lembrar que, enquanto muitas das discussões sobre a teoria da modernização ainda se fundamentam na divisão entre esferas pública e privada como pano de fundo das discussões sobre o desenvolvimento econômico e a transformação de valores, a crítica da teoria política feminista mostra a interconectividade e inseparabilidade desses espaços, que se transformam mutuamente.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Tradução livre da autora.

<sup>11</sup> As discussões de Norris e Inglehart (2003), Inglehart e Norris (2003), Inglehart (1977), Inglehart e Baker (2000) e Powell Jr.(1982) referenciaram a comparação aqui feita.



Tabela 12: Distribuição de municípios por taxa de femicídio e pelo valor médio do rendimento mensal

Municípios que manifestaram femicídios (CATEGÓRICA)				Faixas de valor médio do rendimento mensal total nominal de habitantes, por município (R\$)			Total		
				0 a 750	750,1 a 1200	Acima de 1200			
Não	Número de femicídios	Nenhum	Contagem	2526 <sub>a</sub>	2121 <sub>a</sub>	173 <sub>a</sub>	4820		
			Contagem esperada	2526,0	2121,0	173,0	4820,0		
			% nas faixas de femicídio	52,4%	44,0%	3,6%	100,0%		
			% nas faixas de valor do rendimento total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		
	Total	Contagem	2526	2121	173	4820			
		Contagem esperada	2526,0	2121,0	173,0	4820,0			
		% nas faixas de femicídio	52,4%	44,0%	3,6%	100,0%			
		% nas faixas de valor do rendimento total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%			
		Sim	Faixas de Número de femicídios	0,01 a 5 a cada 100000 habitantes	Contagem	136 <sub>a</sub>	231 <sub>b</sub>	123 <sub>c</sub>	490
					Contagem esperada	187,0	220,6	82,3	490,0
					% nas faixas de femicídio	27,8%	47,1%	25,1%	100,0%
					% nas faixas de valor do rendimento total	47,9%	69,0%	98,4%	65,9%
5,01 a 10 a cada 100000 habitantes	Contagem		89 <sub>a</sub>	71 <sub>b</sub>	2 <sub>c</sub>	162			
	Contagem esperada		61,8	72,9	27,2	162,0			
	% nas faixas de femicídio		54,9%	43,8%	1,2%	100,0%			
	% nas faixas de valor do rendimento total		31,3%	21,2%	1,6%	21,8%			
Acima de 10 a cada 100000 habitantes	Contagem		59 <sub>a</sub>	33 <sub>b</sub>	0 <sub>c</sub>	92			
	Contagem esperada		35,1	41,4	15,5	92,0			
	% nas faixas de femicídio		64,1%	35,9%	0,0%	100,0%			
	% nas faixas de valor do rendimento total		20,8%	9,9%	0,0%	12,4%			
Total	Contagem	284	335	125	744				
	Contagem esperada	284,0	335,0	125,0	744,0				
	% nas faixas de femicídio	38,2%	45,0%	16,8%	100,0%				
	% nas faixas de valor do rendimento total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%				

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE) e do SIM (SUS/MS)

Tabela 13: Testes estatísticos da relação entre a distribuição de municípios por taxa de femicídio e pelo valor médio do rendimento mensal

Municípios que manifestaram femicídios (CATEGÓRICA)			Valor	Asymp. Std. Erro <sup>b</sup>	Aprox. T <sup>c</sup>	Sig. Aprox.	Sig. Exata
Não	Ordinal por Ordinal	Kendall's tau-b	. <sup>a</sup>				
	N de casos válidos		4820				
Sim	Ordinal por Ordinal	Kendall's tau-b	-,334	,027	-11,448	,000	,000
		Kendall's tau-c	-,280	,024	-11,448	,000	,000
		Correlação de Spearman	-,362	,030	-10,581	,000 <sup>d</sup>	,000
	N de casos válidos		744				
	Intervalo por Intervalo	Pearson's R	-,352	,027	-10,253	,000 <sup>d</sup>	,000

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE) e do SIM (SUS/MS)

A terceira variável independente informa o valor médio do rendimento mensal total nominal dos habitantes dos municípios brasileiros. Ela foi dividida em três classes, a primeira que vai de R\$ 0,00 a R\$ 750; a segunda que contempla de R\$ 750,1 a R\$ 1200 e a terceira, que abarca os valores acima da R\$ 1200,1. Observamos na tabela e nos testes realizados que a renda está relacionada inversamente com a variável dependente desse estudo, ou seja, quanto maior o valor médio do rendimento mensal, menor o número de femicídios esperados. Tais resultados reforçam a noção de que a vulnerabilidade material e econômica contribui para contextos de violência extrema, que podem chegar à ocorrência dos femicídios. A condição mais aguda de baixa renda em determinados municípios não significa que a violência de gênero só ocorra nesses estratos da população, mas, na verdade, nos aponta para os efeitos dessa situação a favorecer a escalada da violência ao seu resultado mais nefasto: o assassinato de mulheres.

Como mostramos anteriormente, a razão entre os rendimentos médios mensais nominais de homens e mulheres não se mostrou significativo estatisticamente. Ainda assim, quando olhamos para variáveis que expressam o nível de renda dos habitantes dos municípios, vemos que uma maior renda média esteve presente onde menos femicídios ocorreram, revelando que

a renda importa. A teoria da modernização de Inglehart e Norris aponta na direção de que a maior industrialização contribui para o desenvolvimento econômico que se traduz na inserção das mulheres no mercado de trabalho, sindicatos, no espaço público, e em maior acesso à educação, o que aliado à ação do Estado em reduzir barreiras institucionais para mulheres produziria mudanças nos valores tradicionais e patriarcais dessas sociedades (2002). Esse é um argumento que corrobora os achados demonstrados acima, ainda que a estrutura patriarcal descrita por Walby, Okin e Pateman (WALBY (1990); OKIN (1989); PATEMAN (1998)) se mostre muito complexa e imbricada em outros aspectos das experiências das mulheres do que pode parecer nas propostas de Inglehart e Norris.

Tabela 14: Distribuição de municípios por taxa de femicídio e pelo porcentagem de evangélicos

Municípios que manifestaram femicídios (CATEGÓRICA)				Faixas da porcentagem de evangélicos por município			Total	
				0 a 20	20,01 a 40	Acima de 40		
Não	Número de femicídios	Nenhum	Contagem	3329 <sub>a</sub>	1413 <sub>a</sub>	78 <sub>a</sub>	4820	
			Contagem	3329,0	1413,0	78,0	4820,0	
			% nas faixas de femicídio	69,1%	29,3%	1,6%	100,0%	
			% nas faixas da porcentagem de adeptos da religião evangélica	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	Total		Contagem	3329	1413	78	4820	
			Contagem	3329,0	1413,0	78,0	4820,0	
			% nas faixas de femicídio	69,1%	29,3%	1,6%	100,0%	
			% nas faixas da porcentagem de adeptos da religião evangélica	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	Sim	Faixas de Número de femicídios	0,01 a 5 a cada 100000 habitantes	Contagem	187 <sub>a</sub>	290 <sub>b</sub>	13 <sub>a, b</sub>	490
				Contagem esperada	231,8	247,0	11,2	490,0
				% nas faixas de femicídio	38,2%	59,2%	2,7%	100,0%
				% nas faixas da porcentagem de adeptos da religião evangélica	53,1%	77,3%	76,5%	65,9%
5,01 a 10 a cada 100000 habitantes			Contagem	104 <sub>a</sub>	54 <sub>b</sub>	4 <sub>a, b</sub>	162	
			Contagem	76,6	81,7	3,7	162,0	
			% nas faixas de femicídio	64,2%	33,3%	2,5%	100,0%	
			% nas faixas da porcentagem de adeptos da religião evangélica	29,5%	14,4%	23,5%	21,8%	
Acima de 10 a cada 100000 habitantes			Contagem	61 <sub>a</sub>	31 <sub>b</sub>	0 <sub>a, b</sub>	92	
			Contagem esperada	43,5	46,4	2,1	92,0	
			% nas faixas de femicídio	66,3%	33,7%	0,0%	100,0%	
			% nas faixas da porcentagem de adeptos da religião evangélica	17,3%	8,3%	0,0%	12,4%	
Total			Contagem	352	375	17	744	
			Contagem esperada	352,0	375,0	17,0	744,0	
			% nas faixas de femicídio	47,3%	50,4%	2,3%	100,0%	
			% nas faixas da porcentagem de adeptos da religião evangélica	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE) e do SIM (SUS/MS)

Tabela 15: Testes estatísticos da relação entre a distribuição de municípios por taxa de femicídio e pelo porcentagem de evangélicos

Municípios que manifestaram femicídios (CATEGÓRICA)			Valor	Asymp. Std. Erro <sup>b</sup>	Aprox. T <sup>c</sup>	Sig. Aprox.	Sig. Exata
Não	Ordinal por Ordinal	Kendall's tau-b	. <sup>a</sup>				
	N de casos válidos		4820				
Sim	Ordinal por Ordinal	Kendall's tau-b	-,238	,033	-7,043	,000	,000
		Kendall's tau-c	-,183	,026	-7,043	,000	,000
		Correlação de Spearman	-,250	,035	-7,026	,000 <sup>d</sup>	,000
	N de casos válidos		744				
	Intervalo por Intervalo	Pearson's R	-,233	,034	-6,536	,000 <sup>d</sup>	,000

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE) e do SIM (SUS/MS)

No que diz respeito à variável independente de religião, que se referia à porcentagem de evangélicos por município, a sua inclusão se deu em virtude da ligação entre a maior presença desses adeptos e o aumento de tradicionalismo, o que se mostrou como fator condicionante da ocorrência de femicídios. Essa variável foi categorizada conforme três faixas, em que a primeira delas enquadra os municípios com até 20% de evangélicos, a segunda abarca os que possuem de 20,01% a 40%, e a última abrange os que possuem mais de 40%. Ao analisar todos os municípios brasileiros, a tabela nos informa de que há variação na frequência de femicídios quando comparamos a distribuição de municípios por cada faixa de adeptos da religião nos grupos com nenhuma morte e com taxas de 0,01 a 5 femicídios. Enquanto no primeiro grupo dos municípios (87% da população), 69,1% possuem de 0 a 20% de evangélicos, dentro do segundo grupo (8,8% da população), que apresentou até 5 mortes a cada 100000 mulheres, 38,2% de seus municípios possuem de 0 a 20% de evangélicos, enquanto 59,2% dos municípios desse segundo grupo possuem de 20 a 40%. Esses resultados podem indicar que a religião pode condicionar, em alguma medida, a ocorrência de mortes por violência doméstica. Ainda assim, a conclusão que podemos chegar é de que essa variável não afeta, em 2011, o registro de mortes, uma vez que, nas outras faixas de femicídio, a distribuição dos municípios nas faixas de porcentagem de evangélicos é bastante próxima daquela encontrada nos municípios sem morte. No terceiro grupo (2,9% da população), que

tem de 5,01 a 10 mortes a cada 100000 habitantes, temos que 64,2% dos municípios tem até 20% de evangélicos, enquanto 33,3% deles possuem de 20,01 a 40% de evangélicos, e apenas 2,5% dos municípios deste grupo possuem mais de 60% de evangélicos. O quarto grupo, de mais de taxa de mais de 10 mortes a cada 100000 habitantes tem distribuição dos municípios semelhante ao grupo anterior, indicando que dos municípios com maiores taxas, a maioria possui até 20% de evangélicos, mostrando tendência de diminuição dos adeptos da religião nos grupos com taxa de mais de cinco mortes por 100000 habitantes. Além dessa evidência, estatisticamente, a correlação encontrada entre ambas é negativa, o que vai de encontro aos achados de outros estudos que referenciaram a preparação dessa análise, nos levando a refutar a hipótese anteriormente traçada. Apesar de a religião evangélica ter se mostrado associada ao maior tradicionalismo nos achados de Matos et al.(2011) e Meneghel e Hirakata (2011), a religião não se mostrou como variável que agregasse à explicação desse fenômeno. Sugerimos o aprofundamento para verificar a religião das vítimas e de seus agressores, o que pode revelar mais acerca da relação das variáveis do que o procedimento aqui realizado.

Tabela 16: Distribuição de municípios por taxa de femicídio e pela porcentagem de população preta ou parda

Municípios que manifestaram femicídios (CATEGÓRICA)				Faixas da porcentagem de pretos e pardos por município					Total
				0 a 20	20,01 a 40	40,01 a 60	60,01 a 80	Acima de 80	
Não	Número de femicídios	Nenhum	Contagem	688 <sub>a</sub>	972 <sub>a</sub>	1033 <sub>a</sub>	1658 <sub>a</sub>	469 <sub>a</sub>	4820
			Contagem esperada	688,0	972,0	1033,0	1658,0	469,0	4820,0
			% nas faixas de femicídio	14,3%	20,2%	21,4%	34,4%	9,7%	100,0%
			% nas faixas da porcentagem de pardos e negros	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	Total		Contagem	688	972	1033	1658	469	4820
			Contagem esperada	688,0	972,0	1033,0	1658,0	469,0	4820,0
			% nas faixas de femicídio	14,3%	20,2%	21,4%	34,4%	9,7%	100,0%
			% nas faixas da porcentagem de pardos e negros	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Sim	Faixas de Número de femicídios	0,01 a 5 a cada 100000 habitantes	Contagem	49 <sub>a</sub>	100 <sub>a</sub>	138 <sub>a</sub>	197 <sub>a</sub>	41 <sub>a</sub>	525
			Contagem esperada	42,3	96,7	139,0	211,0	36,0	525,0
			% nas faixas de femicídio	9,3%	19,0%	26,3%	37,5%	7,8%	100,0%
			% nas faixas da porcentagem de pardos e negros	81,7%	73,0%	70,1%	65,9%	80,4%	70,6%
		5,01 a 10 a cada 100000 habitantes	Contagem	10 <sub>a</sub>	31 <sub>a</sub>	48 <sub>a</sub>	88 <sub>a</sub>	10 <sub>a</sub>	187
			Contagem esperada	15,1	34,4	49,5	75,2	12,8	187,0
			% nas faixas de femicídio	5,3%	16,6%	25,7%	47,1%	5,3%	100,0%
			% nas faixas da porcentagem de pardos e negros	16,7%	22,6%	24,4%	29,4%	19,6%	25,1%
		Acima de 10 a cada 100000 habitantes	Contagem	1 <sub>a</sub>	6 <sub>a</sub>	11 <sub>a</sub>	14 <sub>a</sub>	0 <sub>a</sub>	32
			Contagem esperada	2,6	5,9	8,5	12,9	2,2	32,0
			% nas faixas de femicídio	3,1%	18,8%	34,4%	43,8%	0,0%	100,0%
			% nas faixas da porcentagem de pardos e negros	1,7%	4,4%	5,6%	4,7%	0,0%	4,3%
	Total		Contagem	60	137	197	299	51	744
			Contagem esperada	60,0	137,0	197,0	299,0	51,0	744,0
			% nas faixas de femicídio	8,1%	18,4%	26,5%	40,2%	6,9%	100,0%
			% nas faixas da porcentagem de pardos e negros	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE) e do SIM (SUS/MS)

Tabela 17: Testes estatísticos da relação entre a distribuição de municípios por taxa de femicídio e pela porcentagem de população negra ou parda

Municípios que manifestaram femicídios (CATEGÓRICA)			Valor	Asymp. Std. Erro <sup>b</sup>	Aprox. T <sup>c</sup>	Sig. Aprox.
Não	Ordinal por Ordinal	Kendall's tau-b	. <sup>a</sup>			
	N de casos válidos		4820			
Sim	Ordinal por Ordinal	Kendall's tau-b	,056	,033	1,703	,089
		Kendall's tau-c	,051	,030	1,703	,089
		Correlação de Spearman	,063	,037	1,732	,084 <sup>e</sup>
	N de casos válidos		744			
	Intervalo por Intervalo	Pearson's R	,055	,038	1,510	,132 <sup>e</sup>

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE) e do SIM (SUS/MS)

Segundo a teoria, outra variável independente relevante para compreender nosso objeto de estudo é a distribuição racial. Uma das intenções de testar a correlação entre esta e nossa variável dependente era entender se a raça poderia condicionar na formação de um ambiente mais letal para as mulheres, ou seja, se presença de população preta ou parda poderia ser fator de maior vulnerabilidade para que a violência doméstica escale para a consumação da morte. Esta variável foi reconfigurada de forma a identificar os municípios em cinco faixas, de 20% em 20% de população de negros ou pardos. Observamos que a distribuição de população preta e parda é semelhante nos municípios com nenhuma ou com alguma morte, variando pouco nas duas faixas de maior taxa de mortes, como nos mostra a tabela 16 acima. Os testes estatísticos apontam que a relação das variáveis não é significativa estatisticamente, o que nos leva a concluir que a raça, sozinha, não é fator condicionante para contexto de mais mortes por femicídio nos municípios brasileiros em 2011, refutando a hipótese construída no início desse trabalho.



Tabela 18: Distribuição de municípios por taxa de femicídio e pela porcentagem de domicílios com único responsável do sexo feminino

Municípios que manifestaram femicídios (CATEGÓRICA)				Faixas de porcentagem de domicílios em que o único responsável é do sexo feminino			Total
				0 a 20	20,01 a 30	Acima de 30	
Não	Número de femicídios	Nenhum	Contagem	1129 <sub>a</sub>	3005 <sub>a</sub>	686 <sub>a</sub>	4820
			Contagem esperada	1129,0	3005,0	686,0	4820,0
			% nas faixas de femicídio	23,4%	62,3%	14,2%	100,0%
			% na faixas de domicílios em que o único resp. é do sexo feminino	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	Total		Contagem	1129	3005	686	4820
			Contagem esperada	1129,0	3005,0	686,0	4820,0
			% nas faixas de femicídio	23,4%	62,3%	14,2%	100,0%
			% na faixas de domicílios em que o único resp. é do sexo feminino	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Sim	Faixas de Número de femicídios	0,01 a 5 a cada 100000 habitantes	Contagem	17 <sub>a</sub>	350 <sub>b</sub>	123 <sub>b</sub>	490
			Contagem esperada	50,1	327,3	112,6	490,0
			% nas faixas de femicídio	3,5%	71,4%	25,1%	100,0%
			% nas faixa de domicílios em que o único resp. é do sexo feminino	22,4%	70,4%	71,9%	65,9%
		5,01 a 10 a cada 100000 habitantes	Contagem	25 <sub>a</sub>	102 <sub>b</sub>	35 <sub>a, b</sub>	162
			Contagem esperada	16,5	108,2	37,2	162,0
			% nas faixas de femicídio	15,4%	63,0%	21,6%	100,0%
			% na faixas de domicílios em que o único resp. é do sexo feminino	32,9%	20,5%	20,5%	21,8%
		Acima de 10 a cada 100000 habitantes	Contagem	34 <sub>a</sub>	45 <sub>b</sub>	13 <sub>b</sub>	92
			Contagem esperada	9,4	61,5	21,1	92,0
			% nas faixas de femicídio	37,0%	48,9%	14,1%	100,0%
			% na faixas de domicílios em que o único resp. é do sexo feminino	44,7%	9,1%	7,6%	12,4%
	Total		Contagem	76	497	171	744
			Contagem esperada	76,0	497,0	171,0	744,0
			% nas faixas de femicídio	10,2%	66,8%	23,0%	100,0%
			% na faixas de domicílios em que o único resp. é do sexo feminino	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE) e do SIM (SUS/MS)

Tabela 19: Testes estatísticos da relação entre a distribuição de municípios por taxa de femicídio e pela porcentagem de domicílios com único responsável do sexo feminino

Municípios que manifestaram femicídios (CATEGÓRICA)			Valor	Asymp. Std. Erro <sup>b</sup>	Aprox. T <sup>c</sup>	Sig. Aprox.	Sig. Exata
Não	Ordinal por Ordinal	Kendall's tau-b	. <sup>a</sup>				
	N de casos válidos		4820				
Sim	Ordinal por Ordinal	Kendall's tau-b	-,213	,036	-5,690	,000	,000
		Kendall's tau-c	-,159	,028	-5,690	,000	,000
		Correlação de Spearman	-,229	,038	-6,399	,000 <sup>d</sup>	,000
	N de casos válidos		744				
	Intervalo por Intervalo	Pearson's R	-,259	,039	-7,296	,000 <sup>d</sup>	,000

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE) e do SIM (SUS/MS)

A variável socioeconômica testada nas tabelas anteriores corresponde à porcentagem de domicílios, por município, que tem como única responsável a mulher. Assim como as variáveis tratadas anteriormente, esta também passou por recodificação, assumindo três valores, cada um correspondendo a municípios que são compostos por até 20% de domicílios nessas circunstâncias, de 20 a 30% de domicílios com esse arranjo, ou mais de 30% de lares com essas características. Os resultados que encontramos na tabela 18 mostram que esta variável é significativa estatisticamente, e que elas são correlacionadas negativamente (-0,259). A associação não é forte, mas quando analisamos a tabela cruzada, podemos observar que no grupo de municípios com a maior taxa de femicídios, eles se distribuem de forma que 37% deles (dentro do grupo que equivale a 1,65% da população) estão na faixa de municípios com até 20% de domicílios com única responsável mulher. Os resultados não são de grande expressão, mas nos levam a confirmar a hipótese e concluir que a autonomia econômica pode favorecer a emancipação das mulheres de situações de violência. Em situações complexas como são as relações que se dão nos espaços domésticos, é relevante entender que o impacto dessa variável, em si, não é forte, destacando a potencial correlação entre variáveis, em que renda e escolaridade tem centralidade para explicar as mortes de mulheres por femicídios.

Além disso, vale lembrar que os municípios do quarto grupo (1,65% da população) são municípios primordialmente pequenos demograficamente, como vimos anteriormente, o que pode apontar para algum fator de destradicionalização de valores nessas unidades. Ainda assim, quando observamos a distribuição dos municípios que se enquadraram nas outras faixas, verificamos que a relação entre autonomia econômica e a não ocorrência de femicídios não se mostrou na magnitude vista no último grupo, o que pode significar que outros elementos mediam essa relação.

Tabela 20: Distribuição de municípios por taxa de femicídio e pela porcentagem de população rural.

Municípios que manifestaram femicídios (CATEGÓRICA)				Faixas de porcentagem de população rural				Total		
				0 a 20	20,01 a 40	40,01 a 60	Acima de 60			
Não	Número de femicídios	Nenhum	Contagem	1189 <sub>a</sub>	1408 <sub>a</sub>	1307 <sub>a</sub>	883 <sub>a</sub>	4787		
			Contagem esperada	1189,0	1408,0	1307,0	883,0	4787,0		
			% nas faixas de femicídio	24,8%	29,4%	27,3%	18,4%	100,0%		
			% nas faixas de porcentagem de população rural	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		
			Total		Contagem	1189	1408	1307	883	4787
					Contagem esperada	1189,0	1408,0	1307,0	883,0	4787,0
					% nas faixas de femicídio	24,8%	29,4%	27,3%	18,4%	100,0%
					% nas faixas de porcentagem de população rural	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	Sim	Faixas de Número de femicídios	0,01 a 5 a cada 100000 habitantes	Contagem	299 <sub>a</sub>	95 <sub>b</sub>	42 <sub>b,c</sub>	15 <sub>c</sub>	451	
				Contagem esperada	226,8	117,2	69,8	37,2	451,0	
				% nas faixas de femicídio	66,3%	21,1%	9,3%	3,3%	100,0%	
				% nas faixas de porcentagem de população rural	84,5%	51,9%	38,5%	25,9%	64,1%	
5,01 a 10 a cada 100000 habitantes				Contagem	43 <sub>a</sub>	54 <sub>b</sub>	39 <sub>b</sub>	25 <sub>b</sub>	161	
				Contagem esperada	81,0	41,9	24,9	13,3	161,0	
				% nas faixas de femicídio	26,7%	33,5%	24,2%	15,5%	100,0%	
				% nas faixas de porcentagem de população rural	12,1%	29,5%	35,8%	43,1%	22,9%	
			Acima de 10 a cada 100000 habitantes	Contagem	12 <sub>a</sub>	34 <sub>b</sub>	28 <sub>b</sub>	18 <sub>b</sub>	92	
				Contagem esperada	46,3	23,9	14,2	7,6	92,0	
				% nas faixas de femicídio	13,0%	37,0%	30,4%	19,6%	100,0%	
				% nas faixas de porcentagem de população rural	3,4%	18,6%	25,7%	31,0%	13,1%	
Total				Contagem	354	183	109	58	704	
				Contagem esperada	354,0	183,0	109,0	58,0	704,0	
				% nas faixas de femicídio	50,3%	26,0%	15,5%	8,2%	100,0%	
				% nas faixas de porcentagem de população rural	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE) e do SIM (SUS/MS)

Tabela 21: Testes estatísticos da relação entre a distribuição de municípios por taxa de femicídio e pela porcentagem de população rural

Municípios que manifestaram femicídios (CATEGÓRICA)			Value	Asymp. Std. Error <sup>b</sup>	Approx. T <sup>c</sup>	Approx. Sig.	Exact Sig.
Não	Ordinal by Ordinal	Kendall's tau-b	. <sup>a</sup>				
	N of Valid Cases		4787				
Sim	Ordinal by Ordinal	Kendall's tau-b	,413	,029	13,429	0,000	. <sup>d</sup>
		Kendall's tau-c	,360	,027	13,429	0,000	. <sup>d</sup>
		Correlação de Spearman	,458	,032	13,664	,000 <sup>e</sup>	,000
	N of Valid Cases		704				
	Interval by Interval	Pearson's R	,414	,034	12,061	,000 <sup>e</sup>	. <sup>d</sup>

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE) e do SIM (SUS/MS)

A última variável socioeconômica a ser analisada é a proporção de população rural. Esta variável foi dividida nas seguintes faixas: até 20% da população vive em meio rural, de 20,01 a 40% mora em espaços com tal característica, de 40,01 a 60% que está nessa condição, e acima de 60% de população habitando estas regiões. Os resultados mostrados na tabela indicam que à medida que olhamos para municípios com maior taxa de femicídio, verificamos que a sua distribuição se concentra mais, comparativamente, nos municípios de maior população rural. Os testes estatísticos registram significância e correlação de 0,414, o que é um valor que denota capacidade explicativa à variável. É interessante observar, quando comparamos com os testes de outras variáveis, o quão impactante pode ser esta variável como condicionante de um espaço que vulnerabiliza e ameaça as mulheres. Lembrando que tal variável pode, aqui, assumir o caráter de *proxy* para um indicador de tradicionalismo, o que nos leva a concluir por confirmar a hipótese traçada de que tal traço de cultura política tem repercussão ampla na vida das pessoas também nos espaços domésticos, corroborando para a visão feminista de que a divisão entre público e privado não consegue dar conta dos dilemas e desafios das sociedades modernas. Mesmo que os estudos na teoria da modernização enfatizem a experiência do indivíduo em relação às transformações econômicas e políticas que se dão no que se intitularia esfera pública, toda essa discussão diz respeito tanto ao espaço doméstico quanto às arenas e instituições públicas, em que não é possível considerá-las em

separado, e nas quais muitas dessas transformações continuam preservando a desigualdade sistemática das mulheres, interagindo ainda com os recortes de renda e escolaridade.

Vários críticos levantam ressalvas às interpretações dos autores, levando inclusive os autores a reconhecer as especificidades de cada nação. Simone Bohn traz essa discussão, e analisa em seu texto o caso da aplicabilidade dos argumentos discutindo gênero e voto nas eleições para presidente.

"Amartya Sen estabeleceu uma importante e influente distinção entre a aquisição de renda e riqueza e a noção mais ampla de desenvolvimento humano, sendo que a última contém importantes indicadores de bem-estar social (...). O crescimento econômico pode influenciar estas condições, mas, mesmo em nações afluentes, pode haver bolsões de desigualdade social e redes de proteção social inadequadas. Há contrastes claros entre economias de elevado crescimento, como a Coréia do Sul, que tem tido considerável sucesso em aumentar a qualidade de vida, e outras, como o Brasil, que têm uma história de desigualdade social severa, desemprego e negligenciamento da saúde pública" (INGLEHART e NORRIS, 2003a, p.35 *apud* Bohn (2008)).

Como vimos anteriormente, a teoria da modernização encontra resultados semelhantes a estes, indicando que onde há menor industrialização e/ou urbanização, há menor desenvolvimento econômico, menor diversidade, menor troca de experiências, menor complexidade de informações e menor desenvolvimento humano, o que explica a presença de maior tradicionalismo (INGLEHART & BAKER, 2000; NORRIS & INGLEHART, 2003a, NORRIS & INGLEHART, 2003b; POWELL JR., 1982). Apesar das diversas limitações da generalização das conclusões dos estudos dessa vertente os resultados aqui encontrados dialogam com as conclusões desses autores.

Ainda assim, é necessário destacar, novamente, que a crítica feminista, quando discute a transformação e perpetuação do patriarcalismo em termo da privacidade da entidade da família, ou mesmo da inserção das mulheres no mercado de trabalho, da divisão sexual do trabalho ou da série de constrangimentos que as mulheres enfrentam em suas escolhas, trata as desigualdades de gênero com muito mais profundidade e abarcando a complexidade da temática, limitação de que sofrem as discussões do tópico na teoria da modernização.

Tabela 22: Distribuição de municípios por taxa de femicídio e pela presença de CRAS ou CREAS

Municípios que manifestaram femicídios (CATEGÓRICA)				Índice de serviços de assistência social			Total		
				Nenhum	CRAS OU CREAS	CRAS E CREAS			
Não	Número de femicídios	Nenhum	Contagem	195 <sub>a</sub>	3427 <sub>a</sub>	1198 <sub>a</sub>	4820		
			Contagem esperada	195,0	3427,0	1198,0	4820,0		
			% nas faixas de femicídio	4,0%	71,1%	24,9%	100,0%		
			% no Índice de serviços de assistência social	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		
			Total		Contagem	195	3427	1198	4820
					Contagem esperada	195,0	3427,0	1198,0	4820,0
					% nas faixas de femicídio	4,0%	71,1%	24,9%	100,0%
					% no Índice de serviços de assistência social	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	Sim	Faixas de Número de femicídios	0,01 a 5 a cada 100000 habitantes	Contagem	1 <sub>a</sub>	353 <sub>b</sub>	136 <sub>b</sub>	490	
				Contagem esperada	5,3	353,7	131,1	490,0	
				% nas faixas de femicídio	,2%	72,0%	27,8%	100,0%	
				% no Índice de serviços de assistência social	12,5%	65,7%	68,3%	65,9%	
5,01 a 10 a cada 100000 habitantes	Contagem		6 <sub>a</sub>	119 <sub>b</sub>	37 <sub>b</sub>	162			
	Contagem esperada		1,7	116,9	43,3	162,0			
	% nas faixas de femicídio		3,7%	73,5%	22,8%	100,0%			
	% no Índice de serviços de assistência social		75,0%	22,2%	18,6%	21,8%			
Acima de 10 a cada 100000 habitantes	Contagem		1 <sub>a</sub>	65 <sub>a</sub>	26 <sub>a</sub>	92			
	Contagem esperada		1,0	66,4	24,6	92,0			
	% nas faixas de femicídio		1,1%	70,7%	28,3%	100,0%			
	% no Índice de serviços de assistência social		12,5%	12,1%	13,1%	12,4%			
Total			Contagem	8	537	199	744		
			Contagem esperada	8,0	537,0	199,0	744,0		
			% nas faixas de femicídio	1,1%	72,2%	26,7%	100,0%		
			% no Índice de serviços de assistência social	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados do DATASUAS 2011 (MDS) e do SIM (SUS/MS)

Tabela 23: Testes estatísticos da relação entre a distribuição de municípios por taxa de femicídio e pela presença de CRAS ou CREAS

Municípios que manifestaram femicídios (CATEGÓRICA)			Valor	Asymp. Std. Erro <sup>b</sup>	Aprox. T <sup>c</sup>	Sig. Aprox.	Sig. Exata
Não	Ordinal por Ordinal	Kendall's tau-b	. <sup>a</sup>				
	N de casos válidos		4820				
Sim	Ordinal por Ordinal	Kendall's tau-b	-,039	,035	-1,102	,271	,269
	Ordinal por Ordinal	Kendall's tau-c	-,026	,024	-1,102	,271	,269
		Correlação de Spearman	-,041	,037	-1,106	,269 <sup>d</sup>	,269
	N de casos válidos		744				
	Intervalo por Intervalo	Pearson's R	-,032	,037	-,883	,377 <sup>d</sup>	,398

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados do DATASUAS 2011 (MDS) e do SIM (SUS/MS)

Agora tratando das variáveis institucionais, quando testamos as instituições ligadas ao MDS, os CRAS e CREAS, buscamos averiguar se a presença de um ou de ambos estava correlacionada com a ocorrência ou não de mortes de mulheres por femicídio. O que observamos, conforme ilustram as tabelas acima, é de que a distribuição de municípios nas faixas com um dos centros ou ambos é alta, e segue a mesma distribuição de municípios no grupo e que não houve nenhuma morte. A variável não se mostrou significativa estatisticamente. Isso se explica, primeiramente, pelo fato das instituições MDS e SPM não estabelecerem diálogo ou interface para que esse problema social faça parte do quadro de questões que os centros se propõem a atuar nos municípios, e consequentemente, pelo fato do MDS não encarar, enquanto ministério e executor de políticas, que essa seja uma das problemáticas que cabem a esses centros atuarem, e menos ainda que elas sejam em alguma medida prioritárias para o órgão. Para concluir, enfatizamos que a hipótese que testa o impacto dos serviços de assistência social é refutada nesse estudo. Ou seja, políticas universalistas de assistência social não têm impacto no problema específico dos femicídios, o que indica que é necessário desenvolver políticas públicas específicas para as questões relacionadas às vulnerabilidades das mulheres enquanto grupo social marginalizado.



Tabela 24: Distribuição de municípios por taxa de femicídio e pela existência de Conselhos Municipais

Municípios que manifestaram femicídios (CATEGÓRICA)				Municípios que possuem conselhos municipais de direitos das mulheres (CATEGÓRICA)		Total
				Não	Sim	
Não	Número de femicídios	Nenhum	Contagem	4436 <sub>a</sub>	384 <sub>a</sub>	4820
			Contagem esperada	4436,0	384,0	4820,0
			% nas faixas de femicídio	92,0%	8,0%	100,0%
			% de municípios	100,0%	100,0%	100,0%
	Total		Contagem	4436	384	4820
			Contagem esperada	4436,0	384,0	4820,0
			% nas faixas de femicídio	92,0%	8,0%	100,0%
			% de municípios	100,0%	100,0%	100,0%
Sim	Faixas de Número de femicídios	0,01 a 5 a cada 100000 habitantes	Contagem	300 <sub>a</sub>	190 <sub>b</sub>	490
			Contagem esperada	352,4	137,6	490,0
			% nas faixas de femicídio	61,2%	38,8%	100,0%
			% de municípios	56,1%	90,9%	65,9%
		5,01 a 10 a cada 100000 habitantes	Contagem	149 <sub>a</sub>	13 <sub>b</sub>	162
			Contagem esperada	116,5	45,5	162,0
			% nas faixas de femicídio	92,0%	8,0%	100,0%
			% de municípios	27,9%	6,2%	21,8%
		Acima de 10 a cada 100000 habitantes	Contagem	86 <sub>a</sub>	6 <sub>b</sub>	92
			Contagem esperada	66,2	25,8	92,0
			% nas faixas de femicídio	93,5%	6,5%	100,0%
			% de municípios	16,1%	2,9%	12,4%
	Total		Contagem	535	209	744
			Contagem esperada	535,0	209,0	744,0
			% nas faixas de femicídio	71,9%	28,1%	100,0%
			% de municípios	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados do MUNIC 2009 (IBGE) e do SIM (SUS/MS)

Tabela 25: Testes estatísticos da relação entre a distribuição de municípios por taxa de femicídio e pela existência de Conselhos Municipais

Municípios que manifestaram femicídios (CATEGÓRICA)			Valor	Asymp. Std. Erro <sup>b</sup>	Aprox. T <sup>c</sup>	Sig. Aprox.	Sig. Exata
Não	Ordinal por Ordinal	Kendall's tau-b	. <sup>a</sup>				
	N de casos válidos		4820				
Sim	Ordinal por Ordinal	Kendall's tau-b	-,314	,025	-10,974	,000	,000
		Kendall's tau-c	-,283	,026	-10,974	,000	,000
		Correlação de Spearman	-,325	,027	-9,377	,000 <sup>d</sup>	,000
	N de casos válidos		744				
	Intervalo por Intervalo	Pearson's R	-,307	,026	-8,772	,000 <sup>d</sup>	,000

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados do MUNIC 2009 (IBGE) e do SIM (SUS/MS)

Como segunda variável institucional independente, testamos se a existência de Conselhos Municipais de Direitos para as mulheres impactou, no ano de 2011, na ocorrência de femicídios nos municípios. Vale ressaltar que esses dados foram coletados no ano de 2009, o que significa que os municípios que possuíam conselho já o viam instalado no local há pelo menos um ano. Quando nos atentamos para os resultados expressos nas tabelas, observamos que dos municípios com taxa de femicídio de até cinco mortes, 38,8% deles possuem Conselho. Já nos municípios de maiores taxas, menos de 10% deles possuem conselho. Esta variável se mostrou significativa estatisticamente e correlacionada negativamente com a variável dependente (-0,307), denotando que a presença da instituição (o que consideramos que fortalece a discussão de temas relacionados à desigualdade de gênero no município) é relevante para o combate ao femicídio, e também de que essa discussão está sendo levada aos municípios em que as mortes ocorrem, como observamos na primeira faixa de municípios que manifestaram femicídio. Sendo assim, confirmamos a hipótese levantada nesse estudo. O mencionado papel das instituições em discutir questões que afetam a experiência das pessoas, incluindo-as no processo dialógico nos remete às noções de ressignificação de práticas e normalidades levantadas por diversas autoras da teoria política feminista. Cohen (2012), como apresentamos, fala na transição da defesa da privacidade de entidade pela valorização da

privacidade relacional através da resignificação das compreensões vigentes hoje, considerando que essa seria uma transformação de grande impacto na autonomia das mulheres. Young (2012) e Pateman (1998) também ressaltam a importância da resignificação para romper com os padrões de universalização no sujeito masculino e com a delimitação de papéis gênero que marcam as mulheres como inferiores ou subordinadas.

Tabela 26: Distribuição de municípios por taxa de femicídio e pela existência de Serviços de atenção à mulher

Municípios que manifestaram femicídios (CATEGÓRICA)				Faixas do índice de serviços de atenção à mulher				Total	
				Nenhum	1	de 2 a 5	mais de 5		
Não	Número de femicídios	Nenhum	Contagem	4536 <sub>a</sub>	199 <sub>a</sub>	85 <sub>a</sub>		4820	
			Contagem esperada	4536,0	199,0	85,0		4820,0	
			% nas faixas de femicídio	94,1%	4,1%	1,8%		100,0%	
			% nas faixas de índice de serviços	100,0%	100,0%	100,0%		100,0%	
	Total		Contagem	4536	199	85		4820	
			Contagem esperada	4536,0	199,0	85,0		4820,0	
			% nas faixas de femicídio	94,1%	4,1%	1,8%		100,0%	
			% nas faixas de índice de serviços	100,0%	100,0%	100,0%		100,0%	
	Sim	Faixas de Número de femicídios	0,01 a 5 a cada 100000 habitantes	Contagem	223 <sub>a</sub>	125 <sub>b</sub>	121 <sub>b</sub>	21 <sub>b</sub>	490
				Contagem esperada	309,5	86,3	80,3	13,8	490,0
% nas faixas de femicídio				45,5%	25,5%	24,7%	4,3%	100,0%	
% nas faixas de índice de serviços				47,4%	95,4%	99,2%	100,0%	65,9%	
5,01 a 10 a cada 100000 habitantes			Contagem	157 <sub>a</sub>	4 <sub>b</sub>	1 <sub>b</sub>	0 <sub>b</sub>	162	
			Contagem esperada	102,3	28,5	26,6	4,6	162,0	
			% nas faixas de femicídio	96,9%	2,5%	,6%	0,0%	100,0%	
			% nas faixas de índice de serviços	33,4%	3,1%	,8%	0,0%	21,8%	
Acima de 10 a cada 100000 habitantes			Contagem	90 <sub>a</sub>	2 <sub>b</sub>	0 <sub>b</sub>	0 <sub>a, b</sub>	92	
			Contagem esperada	58,1	16,2	15,1	2,6	92,0	
			% nas faixas de femicídio	97,8%	2,2%	0,0%	0,0%	100,0%	
			% nas faixas de índice de serviços	19,1%	1,5%	0,0%	0,0%	12,4%	
Total		Contagem	470	131	122	21	744		
		Contagem esperada	470,0	131,0	122,0	21,0	744,0		
		% nas faixas de femicídio	63,2%	17,6%	16,4%	2,8%	100,0%		
		% nas faixas de índice de serviços	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados do Ligue 180 (SPM) e do SIM (SUS/MS)

Tabela 27: Testes estatísticos da relação entre a distribuição de municípios por taxa de femicídio e pela existência de Serviços de atenção à mulher

Municípios que manifestaram femicídios (CATEGÓRICA)			Valor	Asymp. Std. Erro <sup>b</sup>	Aprox. T <sup>c</sup>	Sig. Aprox.	Sig. Exata
Não	Ordinal	Kendall's tau-b	. <sup>a</sup>				
	N de casos válidos		4820				
Sim	Ordinal	Kendall's tau-b	-,451	,018	-19,148	,000	,000
	por Ordinal	Kendall's tau-c	-,354	,018	-19,148	,000	,000
		Correlação de Spearman	-,491	,020	-15,372	,000 <sup>d</sup>	,000
		N de casos válidos	744				
	Intervalo por Intervalo	Pearson's R	-,430	,017	-12,968	,000 <sup>d</sup>	,000

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados do Ligue 180 (SPM) e do SIM (SUS/MS)

Por fim, a última variável independente é a que aponta a presença de serviços de atenção à mulher conveniados à SPM. Foram elencados nove serviços, partindo dos dados fornecidos pela Secretaria, que são do ano de 2013. Para transformar essas informações numa única variável, elaboramos um índice de soma de serviços em absoluto, por município, para então recodificar esse índice em uma nova variável que atribuisse as seguintes faixas de quantidade de serviços aos municípios: nenhum; um serviço; de dois a cinco serviços; mais de cinco serviços. Quando observamos as localidades que manifestaram taxa de até cinco mortes, constatamos que mais da metade delas possui pelo menos algum serviço (223 municípios, ou 4,8% da população total de municípios). É importante vislumbrar essa variável por outro ângulo: quando observamos qual é o perfil populacional dos municípios que possuem acima de dez mortes por 100000 habitantes, nos deparamos com 98,9% (91 municípios) de municípios com até 20000 habitantes. Mesmo dentre os municípios com taxas de 5,01 até 10 mortes por 100000 habitantes, 82,1% deles (133 municípios) possuem população de até 20000 habitantes, o que nos aponta para situações mais extremas em localidades menores, de dinâmica social por vezes distinta das maiores cidades. Já quando olhamos para os municípios com taxas de até cinco mortes, 64,6% deles possuem mais de 50000 habitantes (317 municípios). É interessante observar que os menores municípios são, no entanto, os menos atendidos por serviços de atenção à mulher ou por Conselhos Municipais de Direitos para as Mulheres. Caicará, na Paraíba, é um município de cerca de 7200 habitantes, e registrou, no

ano de 2011, três mortes (taxa de 41,7 mortes por 100000 habitantes). Já São Paulo, com cerca de 11400000 habitantes, registrou 28 femicídios (taxa de 0,25 mortes por 100000 habitantes), o que é, comparativamente e a título ilustrativo, bastante assustador.

Ao observar os testes estatísticos realizados, chegamos à conclusão de que a presença de instituições e o número de femicídios estão correlacionados negativamente (-0,430), em que, nas faixas de mais de cinco mortes, mais de 90% homicídios ocorrem onde não há serviços. Não podemos afirmar que as ações promovidas pelos serviços estão reduzindo as taxas de femicídios, pois não realizamos uma análise ao longo dos anos, mas há evidências - 66,8% dos municípios com algum serviço possuem mais de 100000 habitantes, em que boa parte deles tem até cinco serviços instalados na localidade - de que a SPM tem se posicionado para levar os serviços para as maiores cidades. Dessa forma, confirmamos a hipótese levantada anteriormente de que os serviços estão associados à não ocorrência de femicídios, o que pode estar ligado ao fato de que os serviços estão mais presentes onde há menores taxas, e não ao fato da presença dos serviços estarem combatendo a ocorrência de femicídios. Ainda assim, a presença dos serviços potencializa a chance de discussão do tema e de colocação das questões ligadas a ele no cotidiano dos moradores das localidades, o que contribui para o processo de ressignificação discutido pela teoria política feminista.

## Considerações finais

Nossa discussão se iniciou ao elencarmos as críticas da teoria política feminista à divisão público/privado e as consequência dessa dicotomização para a compreensão das desigualdades de gênero. Ao longo da manipulação e teste dos dados, nos deparamos com a pertinência dessas colocações quando se trata da violência de gênero, que ocorre no ambiente doméstico, mas que reverbera estruturas que compõem a estrutura do patriarcado na modernidade, de forma que os condicionantes do femicídio não se originam e/ou se explicam pelos fatores privadamente construídos, mas sustentam-se também em padrões macrossituados na sociedade brasileira. Os femicídios, como verificamos pelas hipóteses confirmadas, é condicionado também por variáveis de horizonte mais amplo, para além dos lares das vítimas.

Quando observamos a interação entre as variáveis, concluímos que, estatisticamente, das variáveis socioeconômicas, as que têm maior impacto na ocorrência de mortes são a renda

média, a escolaridade média, e a população rural (*proxy* de tradicionalismo) dos municípios, com efeito negativo para renda e escolaridade e positivo para tradicionalismo em relação à variável dependente. Por fim, a autonomia econômica (representada pela porcentagem de domicílios em que o único responsável é a mulher) também aparece como variável associada negativamente à ocorrência de femicídios no ano de 2011, com impacto comparativamente menor em relação às três variáveis mencionadas ali. Rejeitamos, portanto, a associação entre presença de população negra e a ocorrência de femicídios, assim como refutamos a hipótese que testava a relação entre variável de porcentagem de adeptos da religião evangélica e nossa variável dependente.

Já com relação às estruturas institucionais, vimos que a presença de CRAS e CREAS não influenciam na não ocorrência de femicídios, enquanto a existência de Conselhos municipais e de serviços de atenção à mulher se mostram importantes para o combate de femicídios, ainda que não tenhamos analisado, nesse espaço, a qualidade da implementação e/ou efetividade das políticas promovidas por estas instituições. Ações universalistas, como aquelas instituições, revelaram-se como incapazes de lidar com a violência de gênero e os desafios que ela carrega enquanto agressão que ocorre em meio às relações afetivas.

Agora retomando mais uma vez nosso diálogo com a teoria, podemos entender e observar a complexidade dos fenômenos com os quais estamos lidando quando se trata de entender os cenários em que ocorrem os assassinatos e quais são as formas de combatê-lo. A começar, as arenas e instituições chamadas de esfera pública, e o espaço doméstico, que é chamado de esfera privada, são na verdade, ambientes profundamente imbricados, partes de um mesmo cenário. Ao concluirmos que a baixa escolaridade e/ou baixa renda dos habitantes ocorre associada a maior ocorrência de femicídios, compreendemos que a 'vida pública' e a 'vida privada' nos municípios brasileiros se sobrepõem.

A violência doméstica e o seu evento mais extremo, o assassinato de mulheres, se dá no lar, mas ocorreu mais nas localidades onde condições de vida dos habitantes em questão são mais precárias e potencialmente desiguais. Essa configuração se reflete diretamente na capacidade e confiança (PHILLIPS, 2011) que as mulheres enxergam em si mesmas para participar da esfera pública e acessar direitos e políticas públicas, também impactando na estrutura de valores com que se identificam de tendência mais tradicionalista (MATOS et al., 2011). As mulheres que vivem nessas condições estão em maior estado de vulnerabilidade porque veem suas alternativas com os olhos de quem tem uma experiência concreta mais dura, que pode informa o mundo diferentemente em comparação com homens na mesma

situação, ou mesmo com mulheres de classes mais altas ou maior escolaridade. Como Hooks nos lembra, a exploração e subordinação de gênero afeta diferentemente mulheres de acordo com a sua posição econômica ou educacional (HOOKS, 1984). O que queremos dizer não é que a violência doméstica ocorre apenas nesses estratos da população, mas temos indícios de que o femicídio, o ápice da rotina de agressão, ocorre mais nos municípios em que seus habitantes ganham menos ou têm menor acesso à educação.

A participação dessas mulheres nos espaços que não são originalmente associados aos papéis e estereótipos que elas representam é barrada em três níveis: na sua pretensa falta de aptidão e capacidade racional e psicológica que elas não teriam enquanto mulheres para se inserir na vida pública e na ação política; em termos dos seus recursos materiais ou de tempo para frequentar, nessa situação, as reuniões do Conselho municipal ou mesmo comparecer aos serviços para fazer denúncias, já que muitas vezes a quantidade de oferta destes é escassa para o tamanho e distribuição espacial da população e na sua falta de preparo para discutir e participar pois o seu espaço no mercado é em posições e profissões desvalorizadas; e porque a sua autonomia objetiva no que tange a suas decisões cotidianas de uso de seus recursos ou mesmo a autonomia subjetiva que lhe é informada subjetiva é baixa, restringindo sua expectativa de acesso a esses espaços.

Além das limitações de participação elencadas acima, que em muito concordam com as perspectivas de Pateman, Okin e Young, vale relembrar as discussões de privacidade trazidas por Cohen. Podemos elucidar o prejuízo do valor da privacidade pessoal nos municípios brasileiros, que viram, em 2011, 1293 de suas mulheres morrerem em espaço privado, tendo a integridade física de seus corpos violada. A sociedade brasileira ainda não discute em termos de ressignificar as privacidade de entidade e pessoal, para que as relações afetivas tenham liberdade de maneira a não obscurecer a privacidade pessoal das mulheres. O tradicionalismo ainda se coloca como variável pertinente na imposição de desafios à redefinição de visões de mundo, e, conseqüentemente, de relação entre as mulheres como grupo e os recursos, e mundo da política.

A presença cada vez maior de serviços e conselhos nos municípios traz a discussão das desigualdades de gênero para a pauta, localizando a discussão no cotidiano de pessoas que antes não a vislumbravam. A própria Lei Maria da Penha já gerou essa colocação do debate, ainda que, quando analisamos as taxas de mortes no Brasil, esse número não tenha reduzido significativamente, como esperado, entre os anos de 2007 e 2011.



Ainda que haja falhas de concepção do modelo dos conselhos e mesmo do funcionamento dos serviços conveniados à SPM nos municípios, o seu papel de promotor e posicionador desse debate é de efeitos ainda não mensuráveis nas variáveis empíricas disponíveis. Pensando nas prioridades de Governo, observamos o esforço da Secretaria em conveniar a instalação de serviços em municípios que maiores: dos 744 municípios que manifestaram femicídio, 274 possuíam algum serviço, e desses, 88,3% (242 municípios) possuem mais de 50000 habitantes. Esse pode ser um critério que compromete a abrangência das políticas, considerando as características populacionais dos municípios brasileiros e a distribuição de femicídios, que não é tão dispersa em termos absolutos de número de mortes. É compreensível tal decisão em termos de priorização de recursos que, no entanto, pode ser questionada do ponto de vista da efetividade de seus resultados, já que a distribuição das instituições é desigual no que diz respeito às condições idiossincráticas de cada município, e também porque tal parâmetro não permite expandir a discussão nas unidades geográficas mais isoladas, ou tradicionais, ou conservadoras.

Se nos perguntarmos “o que emancipa as mulheres dessa condição?”, chegamos a uma resposta que conversa com a teoria da modernização. Inglehart e Baker sugerem que o desenvolvimento econômico, composto basicamente pela industrialização e urbanização, são os elementos-chave para o desenvolvimento humano e mudanças de valores e cultura (2000). Para tratar a questão de gênero, especificamente, Norris e Inglehart apontam para a importância do papel do governo como agente que reduz as barreiras para os indivíduos, também destacando o papel dos movimentos sociais e das próprias mulheres, que “primeiro precisam mudar a si mesmas, antes que possam esperar que a sociedade mude” <sup>12</sup> (NORRIS & INGLEHART, 2003). Os argumentos desenvolvidos pelos autores estão centrados na subrepresentação das mulheres em cargos públicos, deixando de atentar para dois pontos cruciais: a dimensão estrutural e sistêmica da desigualdade de gênero não se explica apenas no nível dos indivíduos, e tampouco a luta por emancipação se dá apenas no espaço público ou visando unicamente à participação nele. A ênfase no desenvolvimento econômico também é problemática em face das profundas desigualdades que hierarquizam grupos da população brasileira (BOHN, 2008).

Dessa forma, a emancipação das mulheres passa pelo desenvolvimento econômico, mas não se esgota nele. A modernização dos municípios brasileiros pode ser um passo importante,

---

<sup>12</sup> Tradução livre da autora

porém, essas mudanças não devem caminhar separadas de outras duas transformações: o combate às desigualdades em termos de oportunidades de renda e escolaridade dos habitantes dessas localidades, e a ação política na busca pela ressignificação dos papéis de gênero, da divisão sexual do trabalho e da autonomia das mulheres, vocalizando as diversas experiências delas. Ações integradas e mais complexas do Estado em conjunto com a sociedade civil, nesses termos, são tão ou ainda mais importantes que a promoção do desenvolvimento econômico.

A violência doméstica e, especificamente os femicídios, não têm sido objetos de estudo recorrentes na Ciência Política, que por vezes ainda enxerga o prisma da política e suas temáticas como pertencentes e dizendo respeito ao espaço público, o que, como vimos, é uma distinção que não se constata no fenômeno que analisamos. O assassinato de mulheres em seus domicílios é um problema político, que deve ter seu enfrentamento realizado por essa via.

## Bibliografia

ANACLETO, Adriana Jaqueline et al. Prevalência e fatores associados à violência entre parceiros íntimos: um estudo de base populacional em Lages, Santa Catarina, Brasil, 2007. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2009, vol.25, n.4, pp. 800-808. ISSN 0102-311X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2009000400011>.

BERLIN, Isaiah. *Dois conceitos de liberdade*. In : *Estudos sobre a Humanidade - Uma antologia de ensaios*. São Paulo : Companhia das Letras, 2002.

BOHN, Simone R.. *Mulher para presidente do Brasil? Gênero e política na perspectiva do eleitor brasileiro*. Opin. Publica [online]. 2008, vol.14, n.2, pp. 352-379. ISSN 0104-6276. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762008000200004>.

COHEN, Jean L. *Repensando a privacidade: autonomia, identidade e a controvérsia sobre o aborto*. Rev. Bras. Ciênc. Polít. [online]. 2012, n.7, pp. 165-203. ISSN 0103-3352. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522012000100009>.

D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas et al. Fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres brasileiras. *Rev. Saúde Pública* [online]. 2009, vol.43, n.2, pp. 299-311.

Epub Mar 06, 2009. ISSN 0034-8910. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102009005000013>.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas. 2002.

HOOKS, Bell. Mulheres Negras: Moldando a teoria feminista, Revista *Brasileira de Ciência Política*, n. 16, no prelo. De: Feminist theory: from margin to center. Boston and Brooklyn: South End Press, 1984, Capítulo 1, “Black women: shaping feminist theory”, pp. 1-17. Traduzido por Roberto Cataldo.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Dia Internacional da Mulher Salário das mulheres permanece 28% inferior aos dos homens nos últimos três anos*. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_impressao.php?id\\_noticia=2096](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=2096) . Data de acesso: 15/02/2012

\_\_\_\_\_. Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=3&idnoticia=2170&busca=1&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espiritas-sem-religiao>. Acesso em: 15/11/2013

INGLEHART, Ronald. *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics*, Princeton University Press, Princeton, NJ, 1977

INGLEHART, Ronald e BAKER, Wayne E. Modernization, Cultural Change and the Persistence of Traditional Values, *American Sociological Review*, vol.65, nº 1, 2000.

INGLEHART, Ronald e NORRIS, Pippa. *Rising Tide: Gender Equality and Cultural Change Around the World*. New York: Cambridge University Press, 2003.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*, São Paulo: Editora Abril, 1973.

KRONBAUER, José Fernando Dresch and MENEGHEL, Stela Nazareth. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. *Rev. Saúde Pública* [online]. 2005, vol.39, n.5 [cited 2013-07-09], pp. 695-701. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003489102005000500001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489102005000500001&lng=en&nrm=iso). ISSN 0034-8910. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102005000500001>.

MATOS, Marlise ; CHEREM, Matheus S. ; SOUSA, T. P. B. . O Eleitorado Brasileiro e Processos de Socialização Política: dilemas do conservadorismo político e do tradicionalismo de gênero no processo eleitoral de 2010. In: *IV Congresso Latino Americano de Opinião*

*Pública da WAPOR*, 2011, Belo Horizonte. IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR, 2011. v. 2. p. 165-181.

MENEGHEL, Stela Nazareth and HIRAKATA, Vania Naomi. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. *Rev. Saúde Pública* [online]. 2011, vol.45, n.3 [cited 2013-07-09], pp. 564-574. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102011000300015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102011000300015&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0034-8910. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102011000300015>.

NORRIS, Pippa, & INGLEHART, Ronald. 2003. “*Gendering Social Capital: Bowling in Women’s Leagues?*” paper prepared for conference on Gender and Social Capital, St. John’s College, University of Manitoba, 2-3 May 2003.

OKIN, Susan Moller. *Justice, gender, and the family*. New York: Basic Books, 1989.  
\_\_\_\_\_, Susan Moller. *Gênero, o público e o privado*. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2008, vol.16, n.2, pp. 305-332. ISSN 0104-026X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200002>.

PATEMAN, Carole. *The Sexual Contract*, Stanford: California University Press, 1988.  
\_\_\_\_\_, Carole (1996). “Críticas feministas a la dicotomia público/privado”. In: CASTELLS, Carmen (org.). *Perspectivas feministas en teoría política*. Barcelona: Paidós (1ª ed. 1983). p. 31-52.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal?. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* [online]. 2011, n.6, pp. 339-363. ISSN 0103-3352. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522011000200013>.

PINTO, Giselle. Mulheres no Brasil: esboço analítico de um plano de políticas públicas para mulheres. Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18- 22 de Setembro de 2006.

POWELL JR., G. Bingham. *Contemporary Democracies: Participation, Stability and Violence*. Cambridge: Harvard University Press, 1982

SCARANTO, Catarina Antunes Alves; BIAZEVIC, Maria Gabriela Haye and MICHEL-CROSATO, Edgard. Percepção dos agentes comunitários de saúde sobre a violência doméstica contra a mulher. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2007, vol.27, n.4 [cited 2013-07-10], pp. 694-705. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932007000400010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000400010&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 1414-9893. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932007000400010>.

WASELFIZS, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012: Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil, agosto de 2012.

WALBY, Sylvia. *Theorising Patriarchy*, Basil Black Well: Oxford, London, 1990.

WEBER, Max, *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

YOUNG, Iris Marion. O ideal da imparcialidade e o público cívico. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* [online]. 2012, n.9 [cited 2013-07-09], pp. 169-203 . Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010333522012000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010333522012000300007&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0103-3352. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522012000300007>.